



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 04/CONSUP/IFRO, DE 08 DE JANEIRO DE 2016.

Dispõe sobre a Autorização de Funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – Campus Cacoal.

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no Estatuto, considerando o Processo nº 23243.004400/2015-21, e considerando, ainda a aprovação unânime do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPEX, na 1ª Reunião Extraordinária, de 16/12/2015;

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR, *ad referendum*, o Funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – *Campus Cacoal*.

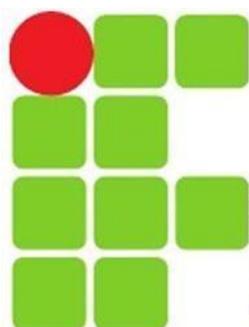
Art. 2º APROVAR o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – *Campus Cacoal*, anexo a esta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS
Presidente Substituto do Conselho Superior
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
RONDÔNIA
Campus Cacoal

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO

Projeto Aprovado pela Resolução nº 04/2016/CONSUP/IFRO

CACOAL/RO
2015

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO
(PORTARIA 096 /2015/CÂMPUS CACOAL/IFRO)

Edmilson Maria de Brito

Ingrid Letícia M. Barbosa

Edson Carlos Cunha

Juliana Maria Freitas de A. Holanda

Joel Martins Braga Junior

Marco Antonio de Oliveira

Sirley Leite Freitas

Iramaia Grespan Ferreira

Pablo Junior Z. Alves

AVALIAÇÃO E PARECER

SUMÁRIO

<u>1</u>	<u>DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO</u>	07
<u>1.1</u>	<u>HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO</u>	07
<u>1.1.1</u>	<u>Histórico do Câmpus</u>	08
<u>1.2</u>	<u>ATIVIDADES PRINCIPAIS DA INSTITUIÇÃO</u>	10
<u>1.</u>	<u>APRESENTAÇÃO</u>	11
<u>1.1.</u>	<u>DADOS GERAIS DO CURSO</u>	11
<u>1.2.</u>	<u>JUSTIFICATIVA</u>	11
<u>1.3.</u>	<u>OBJETIVOS</u>	13
<u>1.3.1.</u>	<u>Objetivo geral</u>	13
<u>1.3.2.</u>	<u>Objetivos Específicos</u>	13
<u>2.</u>	<u>CARACTERÍSTICAS DO CURSO</u>	13
<u>3.</u>	<u>PERFIL DO EGRESSO</u>	15
<u>4.</u>	<u>CONCEPÇÃO CURRICULAR</u>	16
<u>4.1.</u>	<u>METODOLOGIA</u>	16
<u>4.1.1.</u>	<u>Concepção do Curso e Abordagens Pedagógicas</u>	17
<u>4.1.2.</u>	<u>Estratégias de atendimento em EAD</u>	19
<u>4.2.</u>	<u>MATRIZ CURRICULAR</u>	21
<u>4.3.</u>	<u>Estágio Curricular Supervisionado</u>	24
<u>4.4.</u>	<u>Atividades Complementares</u>	25
<u>4.5.</u>	<u>Trabalho de Conclusão de Curso</u>	26
<u>4.6.</u>	<u>Apoio ao Discente</u>	26
<u>4.7.</u>	<u>Avaliação do Curso e Ações Decorrentes do Processo Avaliativo do Curso</u>	27
<u>4.8.</u>	<u>Atendimento Extraclasse</u>	29
<u>4.8.1.</u>	<u>Atendimento Psicopedagógico</u>	29
<u>4.8.2.</u>	<u>Estratégias de Nivelamento</u>	29
<u>4.8.3.</u>	<u>Estratégias de Interdisciplinaridade</u>	30
<u>4.8.4.</u>	<u>Estímulos às Atividades Acadêmicas</u>	31
<u>4.9.</u>	<u>Avaliação do Processo de Ensino-aprendizagem do Curso</u>	32
<u>4.10.</u>	<u>Critérios de Aproveitamento de Estudos</u>	33
<u>4.11.</u>	<u>Critérios de Avaliação da Aprendizagem</u>	33
<u>4.12.</u>	<u>Relação entre Ensino, Pesquisa e Extensão</u>	34

4.12.1.	<u>Políticas de Ensino</u>	34
4.12.2.	<u>Políticas de Pesquisa</u>	35
4.12.3.	<u>Políticas de Extensão</u>	36
4.12.4.	<u>Ações para o Desenvolvimento do Ensino, da Pesquisa e da Extensão</u>	36
5	<u>RECURSOS HUMANOS E DE APOIO PEDAGÓGICO E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO</u>	38
5.1	<u>EQUIPE DE PROFESSORES</u>	38
5.1.1	<u>Requisitos de formação</u>	38
5.2	<u>ÓRGÃOS DE APOIO</u>	39
5.3	<u>SETORES DE APOIO PEDAGÓGICO E TÉCNICO ADMINISTRATIVO</u>	40
5.3.1	<u>Diretoria de Ensino</u>	40
5.3.2	<u>Departamento de Extensão</u>	42
5.3.3	<u>Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação</u>	42
5.3.4	<u>Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas</u>	43
6	<u>Das Políticas Especiais do IFRO</u>	43
6.1	<u>Das Políticas de Educação em Direitos Humanos</u>	43
6.1.1	<u>Das Políticas de Educação Inclusiva</u>	45
6.1.2	<u>Do Oferecimento de Língua Brasileira de Sinais – Libras</u>	46
6.1.3	<u>Da Política de Educação Ambiental</u>	47
6.1.4	<u>Das Condições de Acesso para Pessoas com Necessidades Especiais</u>	47
6.1.5	<u>Acessibilidade para Pessoas com Deficiência Física</u>	48
6.1.6.	<u>Da Acessibilidade para Alunos com Deficiência Visual</u>	48
6.1.6	<u>Da Acessibilidade para Alunos com Deficiência Auditiva</u>	49
6.1.7	<u>Da Proteção aos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista</u>	49
7	<u>INFRAESTRUTURA DE ATENDIMENTO</u>	49
7.1	<u>ESPAÇOS FORMADORES</u>	50
7.2	<u>RECURSOS TECNOLÓGICOS</u>	51
8	<u>EMBASAMENTO LEGAL</u>	51
8.1	<u>DOCUMENTOS DA LEGISLAÇÃO NACIONAL</u>	51
8.2	<u>NORMATIVAS INTERNAS</u>	52
	<u>REFERÊNCIAS</u>	53
	<u>APENDICE – PLANOS DE DISCIPLINA</u>	55
	<u>ANEXO 1</u>	76

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Nome do IF/Câmpus: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
Câmpus Cacoal

CNPJ: 10.817.343/0008-73

Endereço: BR 364, km 228, lote 2A, Caixa Postal 146 - Cacoal/RO

Telefone: (69) 3443-2445

E-mail: campuscacoal@ifro.edu.br

Site da unidade: www.ifro.edu.br

Reitor: Uberlando Tiburtino Leite

Pró-Reitora de Ensino: Maria Fabíola Moraes da Assumpção Santos

Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação: Gilmar Alves Lima Junior

Pró-Reitor de Extensão: Maria Goreth Araújo Reis

Pró-Reitor de Planejamento e Administração: Arijoan Cavalcante dos Santos

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Dauster Souza Pereira

Diretor-Geral do Câmpus: Davys Sleman de Negreiros

1.1 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

Por meio do Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909, criou-se a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com o objetivo de atender as classes proletárias da época, implantando-se uma unidade em cada capital federativa, totalizando 19 escolas de Aprendizizes Artífices. O Ministério da Educação (MEC), por meio da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, reorganizou a Rede, então composta pelas escolas técnicas, agrotécnicas e CEFETs, transformando-os em 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, distribuídos em todo o território nacional.

O Instituto Federal de Rondônia — IFRO originou-se como resultado da integração da Escola Técnica Federal de Rondônia com a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste, por meio da Lei n.º 11.892, de 29/12/2008. Na atual conjuntura, possui uma Reitoria com sede em Porto Velho e sete Câmpus.

Marcos Históricos do Instituto Federal de Rondônia:

- 1993: criação da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste e das Escolas Técnicas Federais de Porto Velho e Rolim de Moura, por meio da Lei

n.º 8.670, de 30/6/1993, entretanto somente a primeira foi implantada;

- 1995: O Câmpus Colorado entrou em pleno funcionamento.
- 2007: criação da Escola Técnica Federal de Rondônia através da Lei n.º 11.534, de 25/10/2007, com unidades em Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná e Vilhena;
- 2008: criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), por meio da Lei 11.892, de 29/12/08, que integrou em uma única Instituição a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste e a Escola Técnica Federal de Rondônia; e autorização de funcionamento da Unidade de Ji-Paraná através da Portaria MEC n.º 707, de 9/6/2008;
- 2009: O Câmpus Ji-Paraná iniciou suas atividades pedagógicas com a implantação de cursos técnicos integrados e subseqüentes ao Ensino Médio, além da Especialização Lato Sensu em Proeja. Em 22 de maio, iniciou-se a construção do Câmpus Vilhena e, em 1.º de junho, do Câmpus avançado Porto Velho; no Câmpus Ji-Paraná foi criado o curso de Licenciatura em Química pela Resolução n.º 006 de 14 de dezembro de 2009.
- 2010: Implantação do Câmpus avançado de Cacoal, subordinado ao Câmpus Ji-Paraná;
- 2011: Implantação de Pólos de Educação à Distância e dos primeiros cursos da modalidade no IFRO;
- 2012: Implantação do Câmpus Porto Velho Zona Norte, temático, para gestão da EAD;
- 2013: Início das construções do Câmpus Guajará-Mirim e processo de implantação da Unidade de Educação Profissional de Jaru (UEP), vinculada ao Câmpus Ji-Paraná;
- 2013: Instalação de 12 pólos EAD;
- 2014: Expansão de 12 pólos EAD, passando para 24 unidades.

1.1.1 Histórico do Câmpus

O Câmpus Cacoal surgiu da concepção de que o município - em vista de sua posição estratégica no eixo da BR 364 (uma das principais vias do desenvolvimento local) e das necessidades de sua comunidade quanto à formação profissional técnica -

necessitava de uma instituição educacional que oferecesse cursos técnicos, tecnológicos e outros de nível superior. A migração pendular de jovens e adultos para outros municípios, em busca da formação profissional no campo da educação, ciência e tecnologia, veio sendo forçada não por opção estratégica, mas por necessidade espontânea ou de interesse da população.

A instalação do Câmpus viabilizou-se pela transferência, por doação, de um lote rural (assim como seus bens e benfeitorias) ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. A doação foi efetivada pela Lei Municipal n.º 2.449/PMC/09, de 21 de maio de 2009, e abrange toda a área de ocupação da Escola Agrícola Municipal de Ensino Fundamental Auta Raupp, composta por um lote de 50,8194 ha (cinquenta hectares, oitenta e um ares e noventa e quatro centiares) - uma subdivisão do lote original 2, Gleba 8, Setor de Gy-Paraná, originário do Projeto Integrado de Colonização Gy Paraná (matrícula 5.434), de 12 de novembro de 1991, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

A Escola Auta Raupp foi inaugurada em 1997 e passou a oferecer as séries finais do Ensino Fundamental (5ª à 8ª série ou 6º ao 9º ano), que tinham por acréscimo as disciplinas Zootecnia, Agronomia, Técnicas Comerciais, Técnicas Industriais e Educação para o Lar. Essas cinco disciplinas, constantes da parte diversificada das matrizes curriculares, não visavam a uma formação técnica em específico (no sentido da formação profissional em sentido estrito), mas ao atendimento às necessidades extracurriculares de instrução dos alunos para uma economia familiar, bastante vinculada à produção agrícola. Inicialmente, cerca de 95% dos alunos eram oriundos do meio rural; embora, com o tempo, mais jovens da zona urbana tenham passado a ingressar na escola, manteve-se (até a fase de transição para o Instituto Federal) um percentual sempre superior de alunos filhos de produtores agropecuários.

A partir de 2009, a Escola Auta Raupp passou a funcionar em fase de progressiva extinção, a ser finalizada no segundo semestre de 2014, conforme convênio assinado entre o IFRO e a Prefeitura Municipal de Cacoal. Ainda em 2009, criou-se o Núcleo Avançado de Cacoal, vinculado ao Câmpus Ji-Paraná. Em 28 de setembro, foi realizada uma audiência pública para apresentação do Instituto e dos resultados de uma pesquisa de atividades econômicas regionais, que embasam parcialmente a produção dos projetos pedagógicos de cursos.

Essa extensão do Câmpus Ji-Paraná foi fundamental para atender à demanda de interesses e necessidades de Cacoal e ao mesmo tempo viabilizar a expansão do Instituto Federal de Rondônia. Em 1º de fevereiro de 2010, o Núcleo foi transformado em Câmpus Avançado, com a previsão de oferta do Curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio. Novos cursos estão previstos e serão definidos conforme diálogos com as comunidades, em audiências públicas e outras estratégias de inter-relação.

1.2 ATIVIDADES PRINCIPAIS DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Rondônia tem um amplo leque de serviços. Na dimensão Ensino, oferece educação profissional técnica de nível médio, cursos superiores de tecnologia, licenciaturas, bacharelados, programas de pós-graduação *lato e stricto sensu*, cursos de extensão e cursos de formação inicial e continuada. Neste contexto, participa dos programas governamentais de formação e garante certificação de conhecimentos pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Na busca de inovações tecnológicas e difusão de conhecimentos científicos, promove pesquisa básica e aplicada e desenvolve atividades de extensão, em conformidade com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica e em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais.

1. APRESENTAÇÃO

1.1. DADOS GERAIS DO CURSO

Nome do curso: Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio

Modalidade: Presencial - Noturno

Eixo Tecnológico: Recursos Naturais

Habilitação: Tecnólogo em Agronegócio

Carga Horária: 2.940 horas

Forma de ingresso: Processo seletivo anual

Vagas de ingresso: 40 por ano

Turno de funcionamento: Noturno

Regime de matrícula: Semestral

Prazo para integralização do curso: No mínimo 3 (três) e no máximo 6 (seis) anos.

1.2. JUSTIFICATIVA

Implantar e ampliar, de modo gradativo, os cursos superiores de tecnologia constituem atitudes emergentes no que se refere à adequação do Ensino Superior, levando-se em conta o contexto socioeconômico em que se situam as heterogêneas regiões do país. Isso não implica criar novos cursos tão somente, mas, antes, viabilizar ações com objetivos focados no atendimento com sucesso às reais demandas locais. Sob esse viés, considerando-se a vocação socioeconômica de Cacoal e região, mostram-se coerente e providencial a implantação e oferta do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio.

Na implantação de cursos superiores, duas premissas devem ser levadas em consideração. A primeira é a flexibilidade como característica constitutiva dos cursos, os quais devem ser permanentemente reestruturados em detrimento da mutabilidade das cadeias produtivas. A segunda diz respeito à considerável garantia de empregabilidade aos egressos, de modo a atender às demandas do mercado local, gerando, conseqüentemente, renda aos profissionais formados.

A lei 11.741 de 16 de julho de 2008 alterou os artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação referentes à educação profissional; instituiu, inclusive, um novo capítulo na lei maior da educação, denominado “Da Educação Profissional e Tecnológica” (art. 3º da lei 11.741/08). Com isso, consumaram-se mecanismos mais autônomos para a (re)estruturação dos cursos de superiores de tecnologia. Além disso, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico sugerem caminhos para a efetivação de um novo modelo de organização curricular engajado com as reais demandas do mercado em constante mudança, bem como com as necessidades locais da região em que o curso é ofertado. Não obstante, em 2006, o governo lança o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia com o intuito de nortear as instituições de ensino no tocante à oferta dessa modalidade.

Considerado esse contexto da educação profissionalizante, particularmente em relação aos cursos superiores tecnológico, cabe ressaltar que, devido às mudanças no cenário econômico mundial, sobretudo em face do fenômeno da globalização, verifica-se o surgimento de novos atributos necessários aos profissionais de todas as áreas do conhecimento. O mercado mundial tornou-se mais competitivo e exigente, tanto em produtos como em serviços, o que impõe uma nova postura profissional. O Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio dá ênfase a uma área em plena ascensão atualmente: a relação comercial e industrial que envolve a cadeia produtiva agrícola e pecuária.

A relevância dessa relação é comprovada ao se constatar a participação do agronegócio no PIB brasileiro. No ano de 2014, as atividades desse setor foram responsáveis por 23,3% da produção nacional, ante 22,5% em 2013 e 23% em 2012. A balança comercial do agronegócio em 2014 teve superávit de US\$ 80,1 bilhões.

Nessa perspectiva, o Estado de Rondônia tem atuação de destaque se considerado seu potencial agropecuário. Sendo assim, o Estado deve preparar profissionais que estejam capacitados suficientemente para participarem como sujeitos ativos desse processo. Empresas locais do agronegócio necessitam crescentemente de profissionais com habilidade para gerir, assessorar, monitorar e

avaliar os assuntos relacionados ao agronegócio. Para essas empresas, o profissional de Tecnologia em Agronegócio pode contribuir significativamente para redução de custos, ganho de produtividade e melhor relacionamento com clientes e fornecedores, visando sempre a práticas sustentáveis.

1.3. OBJETIVOS

1.3.1. Objetivo geral

Preparar profissionais com senso crítico e ético que viabilizem soluções profissionais competitivas para o desenvolvimento de negócios na agropecuária, com domínio dos processos de gestão e das cadeias produtivas do setor.

1.3.2. Objetivos Específicos

- a) Formar profissionais para atuar nas cadeias produtivas do agronegócio, visando a práticas sustentáveis de viabilidade ambiental, econômica e social.
- b) Promover aos egressos formação holística em ciências agrárias e em processos de gestão, com ênfase nas novas tecnologias produtivas, visando ao aumento da produção e uso racional de recursos.
- c) Assegurar a formação de profissionais capazes de dominar os processos de gestão das diversas cadeias produtivas do agronegócio desde o beneficiamento, o armazenamento, a logística, o transporte e a comercialização.
- d) Viabilizar aos egressos condições para atuação junto a órgãos públicos e instituições de ensino e pesquisa, bem como prosseguir com estudos em nível de pós-graduação.

2. CARACTERÍSTICAS DO CURSO

O curso visa à formação de profissionais aptos a atender às necessidades crescentes do mercado, mas adequado à realidade do desenvolvimento tecnológico, inserido no contexto sócio-regional, desenvolvendo também noções básicas de empreendedorismo e possibilitando o prosseguimento de estudos em nível de pós-graduação.

O Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio segue as Diretrizes Curriculares Nacionais, obedecendo ao que versa o Catálogo Nacional de Cursos do MEC. Ademais, além das disciplinas técnicas, o curso conta com disciplinas relacionadas ao núcleo comum que provêm fundamentação matemática, linguística, filosófica e metodológica, além de permitirem uma transversalidade na abordagem de temas como Relações étnico-raciais e Políticas de Educação Ambiental, atendendo aos requisitos legais e normativos dos cursos de graduação presenciais.

3.1 PÚBLICO-ALVO

O Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio tem como público-alvo egressos do ensino médio, Técnicos em Agropecuária e em Agroecologia formados na região de abrangência do câmpus Cacoal, assim como profissionais portadores de diploma que queiram aperfeiçoar seus conhecimentos.

3.2 FORMA DE INGRESSO

A forma de acesso ao Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio do IFRO é feita por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), para candidatos que realizaram a prova do ENEM, ou outra forma a ser adotada pelo Pro Reitoria de Ensino ou Direção Geral do Câmpus Cacoal.

3.3 REGIME DE ENSINO

O Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio do IFRO - Câmpus Cacoal, é composto por 6 períodos de um semestre letivo. O período é o intervalo de tempo de um semestre, de 100 dias letivos, contendo 400h para que as unidades curriculares do módulo de ensino possam ser desenvolvidas.

O módulo de ensino é o conjunto de unidades curriculares em que se desenvolve o processo de ensino-aprendizagem por meio de estratégias pedagógicas significativas. As unidades curriculares são formadas por um conjunto de bases tecnológicas que são desenvolvidas ao longo de um período.

3.4 REGIME DE MATRÍCULA

A matrícula é requerida pelo interessado e operacionalizada por unidades curriculares, no prazo estabelecido em calendário escolar do Câmpus.

O regime de matrícula é o definido no Regulamento da Organização Acadêmica do IFRO.

3. PERFIL DO EGRESSO

O Curso de Tecnologia em Agronegócio do Instituto Federal de Rondônia, Câmpus Cacoal, tem por objetivo formar recursos humanos capacitados para atuar no agronegócio estadual, nacional e internacional, tendo como ênfase principal o aprimoramento dos processos gerenciais das organizações rurais, comércio e indústrias de uso agropecuário, agroindústrias e o conhecimento amplo sobre os aspectos produtivos, administrativos e mercadológicos do setor primário.

O profissional formado no curso de Tecnologia em Agronegócio do IFRO terá uma formação que lhe possibilitará atuar no mercado de trabalho de forma compromissada, capacitada, dinâmica, ética e consciente nas questões econômicas, sociais e ambientais. Atuar como empreendedor, gerente, assessor e/ou consultor administrativo em organizações e órgãos rurais, especialmente em agroindústrias, cooperativas e unidades de produção agropecuária. É um profissional capacitado para desenvolver as seguintes competências:

- Gerenciar organizações rurais e prestar assessoria administrativa;
- Elaborar diagnósticos administrativos agropecuários;
- Elaborar estudos de viabilidade de empreendimentos agropecuários e agroindustriais;
- Viabilizar soluções tecnológicas para o desenvolvimento do agronegócio;
- Liderar, empreender e antever situações para as tomadas de decisão corretas;
- Capacidade de raciocínio, análise de conjunturas e síntese de idéias;
- Compreender a necessidade de continuidade e aperfeiçoamento profissional.

4. CONCEPÇÃO CURRICULAR

A concepção curricular envolve os princípios de formação e os procedimentos de trabalho, assim como a estrutura do currículo, que deve correlacionar intimamente o perfil de formação, os objetivos, a matriz curricular e os planos de disciplina a serem desenvolvidos.

4.1. METODOLOGIA

As metodologias propostas visam ao rigor, à solidez e à integração dos conhecimentos teóricos e práticos, voltados para a formação do profissional e do cidadão. O objetivo é levar os alunos a **aprender a aprender** que engloba **aprender a ser, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a conhecer**, garantindo a formação de profissionais com autonomia e discernimento para assegurar a integralidade da atenção e a qualidade e humanização do atendimento prestado ao indivíduo e à coletividade.

A construção de um projeto apoiado em relações democráticas previstas na concepção do curso fica garantida nas metodologias participativas e integradoras, tais como trabalhos em

grupos, atividades práticas, aulas dialogadas e o desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão.

As pesquisas e os seminários levam a formação de profissionais que possam também produzir novos conhecimentos, aliando a teoria à prática por meio da observação e da análise da realidade educacional brasileira. A concepção do curso contempla o indivíduo na condição pós-moderna, envidando a formação do conhecimento, aprendendo a lidar com o avanço da ciência, da tecnologia de forma integral e a olhar para o novo homem de forma holística.

Essa visão da educação, que tem por objetivo despertar a consciência do ser humano e sua relação com o mundo que o cerca, é contemplada por intermédio das metodologias que favoreçam não apenas o saber, mas o saber pensar e o intervir.

No IFRO, caberá a cada professor a seleção de metodologias e instrumentos de ensino que, condizentes com a sua área, busquem atender aos objetivos propostos pelo componente curricular, de forma a desenvolver as competências e habilidades esperadas para o egresso.

No seu fazer pedagógico, o professor deverá estar mais preocupado em formar competências, habilidades e disposições de conduta do que com a quantidade de informações.

Ao escolher as estratégias de ensino, sugere-se que elas sejam as mais diversificadas possíveis, sendo que o planejamento acadêmico deve assegurar, em termos de carga horária e de planos de estudos, o envolvimento do aluno em atividades individuais e em equipe, que incluam, entre outros:

- Aulas expositivas/dialogadas;
- Leitura e discussão de textos;
- Pesquisas;
- Estudos e trabalhos em grupo;
- Exercícios de interpretação de textos;
- Dinâmicas de grupo;
- Seminários temáticos;
- Debates;
- Elaboração e participação em projetos de pesquisa;
- Pesquisa teórica/bibliográfica;
- Análise da legislação;
- Visitas técnicas em instituições conveniadas e outras;
- Estudos de caso;

4.1.1. Concepção do Curso e Abordagens Pedagógicas

O Projeto Pedagógico do Curso visa proporcionar sólida formação com o propósito de formar um profissional generalista que valorize a interdisciplinaridade, que tenha autonomia no pensar e decidir e que seja capaz de atender as necessidades regionais e nacionais no âmbito de suas competências profissionais.

Ademais, visa-se, com a implantação do curso, formar indivíduos que estejam aptos a atuarem profissionalmente em equipes multi profissionais ou individualmente, na iniciativa privada ou no setor público, em grandes centros urbanos ou pequenos, com produtividade e qualidade, tendo como preocupação a relação entre o ambiente e a qualidade de vida física e intelectual dos semelhantes.

Cabe destacar que o município de Cacoal e a região em que será oferecido o curso, possui infra-estrutura capaz de absorver os egressos, assim como de proporcionar importantes experiências de prática profissional aos alunos.

A implantação do curso não constituiu uma realidade dissociada do contexto geral do IFRO. Muito pelo contrário, esse curso somará esforços aos demais mantidos pela IES rumo ao cumprimento de sua grande missão que é formar profissionais capacitados para o mercado de trabalho e para o exercício da cidadania plena.

Assim sendo, inserido no contexto da oferta de cursos do IFRO, o **Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio** visa à formação acadêmica de um profissional com sustentação científica, postura ética reflexiva, qualificado para o exercício profissional, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Considerando que o Estado de Rondônia está em franco desenvolvimento e que suas estruturas econômicas e sociais também crescem no mesmo sentido, faz-se necessária a implantação deste curso com o propósito de preparar profissionais melhores qualificados para atender a demanda por melhores tecnologias requeridas pelo mercado que, a cada dia, cresce de forma acelerada.

Em conformidade com o novo Plano Nacional de Educação (2011-2020) o IFRO cria e implanta seus projetos de cursos visando o desenvolvimento do cidadão e do meio em que ele está inserido e atua como indivíduo reflexivo, crítico e criativo.

Ainda em conformidade com o Plano Nacional de Educação (PNE), o IFRO acredita que “o Brasil só será verdadeiramente independente quando todos os seus cidadãos tiverem acesso a uma Educação de qualidade”. Assim o sendo, O IFRO contribui para o movimento Todos pela Educação, citado no texto do PNE, procurando sanar as necessidades de formação profissional no âmbito de sua região de abrangência.

As vagas oferecidas pelo curso não têm a intenção de faltar o mercado de egressos, mas de poder oferecer um profissional diferenciado para um mercado que a cada dia se torna mais e mais competitivo. Isso para não falar no aquecido desenvolvimento econômico e social da região que demanda por um profissional que seja capaz de, não só resolver os problemas urgentes da sociedade, mas que seja capaz de planejar a médio e a longo prazo ações que atendam ao desenvolvimento da sociedade rondoniense de forma digna e sustentável.

O crescimento econômico contribui para o crescimento populacional, visto que há uma tendência de pessoas migrarem de estados menos desenvolvidos em busca de melhores condições de vida nos estados com melhores condições econômicas. Assim o sendo, o crescimento populacional, por sua vez, requer ampliação na infraestrutura e na formação de pessoal que possa atender a essa demanda.

A população local cresce em todos os sentidos. Do ensino médio, saem todos os anos, alunos ávidos por ingressar em um curso superior com o propósito de se preparar para o trabalho e para a atuação no mais aquecido mercado de trabalho de todos os tempos. Em síntese, por acreditar no diálogo com o cidadão e com a sociedade, o IFRO lança no mercado um curso, cuja concepção se dirige para o interacionismo e para a dialógica entre o homem e o meio para o qual ele está sendo preparado. A tecnologia tem por principal objetivo favorecer a interação entre os sujeitos que vivem coletivamente. Assim sendo, a interação (homem versus meio e meio versus homem) será a base de sustentação entre a teoria (vivenciada na academia) e a prática vivenciada (no meio social).

4.1.2. Estratégias de atendimento em EAD

Até 20% da carga mínima do curso, que não inclui estágio ou trabalhos de conclusão de curso, poderá ser executada por meio da Educação a Distância, sempre que o Câmpus não utilizar períodos excepcionais ao turno do curso para a integralização de carga horária.

A carga horária em EAD se constituirá de atividades a serem programadas pelo professor de cada disciplina na modalidade. Sua aplicação se dará pelo uso de estratégias específicas, como o uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Por meio dele serão viabilizadas atividades de ensino e aprendizagem, acesso a materiais pedagógicos, ferramentas assíncronas e síncronas, mídias educacionais, além de ferramentas de comunicação que propiciem as inter-relações sociais. Nesse sentido, Almeida (2012) afirma que:

Ambientes digitais de aprendizagem são sistemas computacionais disponíveis na internet, destinados ao suporte de atividades mediadas pelas tecnologias de informação e comunicação. Permitem integrar múltiplas mídias, linguagens e recursos, apresentar informações de maneira organizada, desenvolver interações entre pessoas e objetos de conhecimento, elaborar e socializar produções, tendo em vista atingir determinados objetivos.

Portanto, o AVA auxiliará no desenvolvimento das atividades curriculares e de apoio, como fóruns, envio de tarefa, glossário, *quiz*, atividades off-line, vídeos, etc. Será também uma plataforma de interação e de controle da efetividade de estudos dos alunos, com ferramentas ou estratégias como as seguir descritas:

- Fórum: tópico de discussão coletiva com assunto relevante para a compreensão de temas tratados e que permite a análise crítica dos conteúdos e sua aplicação.
- *Chat*: ferramenta usada para apresentação de questionamentos e instruções online, em períodos previamente agendados.
- *Quiz*: exercício com questões que apresentam respostas de múltipla escolha.
- Tarefas de aplicação: Atividades de elaboração de textos, respostas a questionários, relatórios técnicos, ensaios, estudos de caso e outras formas de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem.
- Atividade off-line: avaliações ou atividades realizadas fora do AVA, em atendimento a orientações apresentadas pelo professor, para o cumprimento da carga horária em EAD.
- Teleaulas: aulas gravadas ou transmitidas ao vivo, inclusive em sistemas de parceria com outros Câmpus ou Instituições, em atendimento à carga horária parcial das disciplinas.
- Outras estratégias, ferramentas ou propostas a serem apresentadas pelos professores.

Cada plano de ensino dos professores, por disciplina, deve prever os elementos gerais orientados pelo Regulamento da Organização Acadêmica, e os elementos específicos de EAD, que trarão metodologias específicas para a carga horária parcial. As atividades de EAD podem ser distribuídas de forma que fiquem configurados os elementos fundamentais: conteúdo, carga horária, atividade do aluno, forma de atendimento pelo professor e avaliações a serem aplicadas.

Os professores incluirão, nos seus planos de ensino regulares, os planos de atividades que desenvolverão em EAD, conforme o modelo a seguir.

Plano de atividade em EAD

Plano de Atividade em EAD para a Disciplina [indicar a disciplina]	
Elementos do Plano	Descrição dos Elementos
Objetivos	Identificar aqui os objetivos da aprendizagem
Conteúdos	Elencar as abordagens teóricas e teórico-práticas
Carga Horária	Definir o tempo disponível para a atividade
Ferramentas/Estratégias	Prever estratégias e/ou ferramentas de trabalho
Atividade do Aluno	Identificar a atividade que o aluno desenvolverá: relatório, exercício, resolução de questionários, etc.
Avaliação	Prever estratégias como provas, testes, debates, respostas aos fóruns, etc.
Material para o Aluno	Apresentar o material a ser usado nos estudos: vídeos, imagens, arquivos de texto, etc.
Referências	Elencar o rol de referências: livros, revistas, etc.
Data de Início	Definir a data e hora da abertura da atividade no AVA
Data de Fechamento	Definir a data e hora do fechamento da atividade no AVA

Fonte: IFRO (2015)

Os registros das atividades em EAD seguirão a mesma regularidade das atividades presenciais, atendendo-se aos sistemas de notação adotados pelo IFRO no Regulamento da Organização Acadêmica e aos requisitos de qualidade da formação em EAD. Os resultados dos estudos em EAD representarão entre 20% e 40% das notas na disciplina correspondente.

O professor é o responsável pela orientação efetiva dos alunos nas atividades em EAD, sejam as usadas no AVA ou em outro meio, e a equipe diretiva de ensino pelo acompanhamento e instrução da execução integral das disciplinas e demais componentes curriculares. Os planos de ensino devem ser apresentados à equipe diretiva e alunos no início de cada período letivo, e os planos de atividades em EAD, sempre antes de sua aplicação, para a melhoria do planejamento e integração entre os envolvidos no processo educacional.

Orientações complementares para tanto devem ser apresentadas pela equipe geral de ensino do Câmpus.

4.2. MATRIZ CURRICULAR

A estrutura curricular foi elaborada com disciplinas que integram o curso, como parte essencial do Projeto Pedagógico. Esta estrutura expressa a sugestão institucional de currículo e integra a proposta semestral de cumprimento de disciplinas, para a integralização do curso pelo aluno, no tempo definido neste Projeto Pedagógico.

A otimização do corpo docente traz uma prática interdisciplinar ao curso, mais vivenciada, e não somente teorizada. A organização da estrutura das disciplinas que serão oferecidas busca interrelacionar, contrastar, complementar e ampliar os conhecimentos a ser formado no egresso.

O curso apresenta estrutura curricular e conteúdos programáticos previamente definidos que serão estudados de forma interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinarmente para atender à formação do perfil do profissional egresso.

A estrutura curricular do curso, preservando a sua articulação, busca mecanismos capazes de lhe permitir um grau de flexibilidade, possibilitando ao aluno “desenvolver/trabalhar vocações, interesses e potenciais específicos”, criando-se condições de tempo para pesquisas bibliográficas e auto-aprendizagem, por meio de adequado planejamento das cargas horárias semestrais, respeitado o limite máximo de horas/aula semanais, seguindo orientação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso e do Catálogo Nacional para Cursos Superiores de Tecnologia .

Ainda, em consonância com este propósito, busca-se oportunizar a flexibilização por meio da implementação curricular das Atividades Complementares de interesse individual e coletivo.

As disciplinas estão organizadas na matriz curricular de modo a atender os interesses das políticas nacionais para a educação superior e também para adequar o curso às exigências regionais.

O Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio do IFRO deve obediência aos princípios gerais de educação emanados das Diretrizes Curriculares Nacionais e do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.

O Tecnólogo em Agronegócio trabalha com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada pelo exercício da profissão, fundamentando-se em interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética. Este repertório deve se constituir por meio de múltiplos olhares, próprios das ciências, das culturas, das artes, da vida cotidiana, que proporcionam leitura das relações sociais e étnico-raciais, também dos processos educativos por estas desencadeados.

Para a formação do tecnólogo em Agronegócio é importante ressaltar que o conhecimento adquirido na escola é o referencial para a organização da vida e do trabalho. Os estudos e conhecimentos devem servir como principal base de promoção, com equidade, do exercício pleno da cidadania.

Também é central para essa formação, a proposição, realização, análise de pesquisas e a aplicação de resultados, em perspectiva extensionista, histórica, cultural, política, ideológica, tecnológica e teórica, com a finalidade, entre outras, de identificar e gerir, em práticas efetivas, elementos mantenedores, transformadores, geradores de relações sociais e étnico-raciais que fortaleçam ou enfraqueçam identidades, reproduzam ou criem novas relações de poder fazendo das tecnologias e da informação os melhores caminhos para a sublimação do homem.

Matriz Curricular

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO — CÂMPUS CACOAL Matriz aprovada pela Resolução nº XXX/CONSUP/IFRO, de XX de XXX de 2015				
Duração da Aula: 50 minutos				
DISCIPLINAS		CRÉDITOS	HORA RELÓGIO	HORA AULA
1º PERÍODO	Introdução ao Agronegócio	2	40	33
	Fundamentos da Administração e da Economia	4	80	67
	Fundamentos da Agricultura	2	40	33
	Fundamentos da Zootecnia	2	40	33
	Informática aplicada ao Agronegócio	2	40	33
	Comunicação e Linguagem	4	80	67
	Matemática Básica e Estatística	4	80	76

	TOTAL PERÍODO	20	400	333
--	----------------------	-----------	------------	------------

2º PERÍODO	Sistemas de Informações Gerenciais	2	40	33
	Metodologia Científica e da Pesquisa	2	40	33
	Noções de Morfologia e Fisiologia Vegetal	4	80	67
	Gestão de Recursos Humanos	4	80	67
	Inglês Instrumental	2	40	33
	Solos e Adubação de Plantas	2	40	33
	Matemática Financeira	4	80	67
	TOTAL PERÍODO	20	400	333

3º PERÍODO	Cadeias Produtivas do Agronegócio	2	40	33
	Meio Ambiente e Sustentabilidade	2	40	33
	Gestão da Qualidade e Certificação no Agronegócio	3	60	50
	Produção Vegetal	4	80	67
	Sociologia Rural	2	40	33
	Administração Mercadológica	4	80	67
	Produção de Ruminantes	3	60	50
	TOTAL PERÍODO	20	400	333

4º PERÍODO	Políticas Agrícolas e Desenvolvimento Regional	2	40	33
	Administração Financeira	4	80	67
	Espanhol Instrumental	2	40	33
	Produção de Não Ruminantes	3	60	50
	Geoprocessamento	2	40	33
	Contabilidade no Agronegócio	4	80	67
	Legislação Aplicada ao Agronegócio	3	60	50
	TOTAL PERÍODO	20	400	333

5º PERÍODO	Mercado e Tecnologia de Produtos de Origem Animal e Vegetal	4	80	67
	Economia aplicada ao Agronegócio	3	60	50
	Cooperativismo e Associativismo	3	60	50
	Gestão de Custos e Formação de Preços no Agronegócio	4	80	67
	Gestão da Produção	4	80	67
	Pesquisa no Agronegócio - TCC I	2	40	33
	TOTAL PERÍODO	20	400	334

6º PERÍODO	Pragas e Doenças de Cultivares	2	40	33
	Gestão Estratégica do Agronegócio	3	60	50
	Elaboração e Gestão de Projetos	4	80	67
	Gestão de Recursos Materiais e Patrimoniais	4	80	67
	Empreendedorismo	3	60	50
	Pesquisa no Agronegócio – TCC II	2	40	33
	Ética, Sociedade e Cultura	2	40	33
	TOTAL PERÍODO	20	400	333

ATIVIDADES, ESTÁGIO E TCC			
Atividades Complementares		150	150
Estágio Curricular Supervisionado		240	240

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso	150	150
CARGA HORÁRIA TOTAL	294	254
	0	1

Fonte: IFRO (2015)

4.3. Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado caracteriza-se como conteúdo curricular que fomenta o perfil do formando, consistindo numa atividade obrigatória, mas diversificada, tendo em vista a consolidação prévia dos desempenhos profissionais desejados, segundo as peculiaridades do curso.

Visa contemplar a prática profissionalizante de qualidade, vinculada a uma postura crítica diante dos conhecimentos teóricos, assim como uma postura ética diante do trabalho, tendo por objetivos:

- I. Propiciar ao aluno subsídios para a compreensão da realidade institucional;
- II. Compreender a inter-relação teoria e prática em condições concretas;
- III. Trabalhar em condições reais de planejamento e sistematização.

A disciplina do Estágio Supervisionado é bastante peculiar, diferenciando-se das demais, pois implica colocar o aluno em contato direto com a área de intervenção que é bastante diversificada. Neste caso, o estágio será administrado obedecendo a regras descritas em manual próprio.

Pelo seu caráter implementador de desempenhos profissionais, antes mesmo de se considerar concluído o curso, é necessário que, à proporção que os resultados do estágio forem sendo verificados, interpretados e avaliados, o estagiário esteja consciente do seu atual perfil, naquela fase, para que ele próprio reconheça a necessidade da retificação da aprendizagem nos conteúdos em que revelará equívocos ou insegurança de domínio e da própria reprogramação da prática.

O Estágio dará ênfase à mediação teoria/prática, recuperando os procedimentos metodológicos necessários à intervenção profissional na realidade. Deverá ser acompanhado pelo professor-supervisor da disciplina e pelo professor-supervisor de campo. O professor supervisor da disciplina deverá aprovar, avaliar e acompanhar a execução do projeto de estágio.

Dessa forma, o Estágio Curricular terá por objetivo propiciar ao aluno, uma experiência profissional supervisionada, possibilitando o desenvolvimento de suas habilidades, seu aprimoramento pessoal e profissional e sua inserção na vida profissional.

As atividades de estágio devem estar registradas, bem como as análises e as experiências dos alunos.

O Estágio será coordenado pelo CIEEC (Coordenação de Integração Escola, Empresa e Comunidade), e seguirá, conforme já dito anteriormente, às normas descritas em manual próprio, sempre à disposição das comissões do MEC e de toda a comunidade envolvida no processo de implantação e desenvolvimento do curso.

4.4. Atividades Complementares

As Atividades Complementares, por seu turno visam possibilitar o reconhecimento, por avaliação, de habilidades e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, hipóteses em que o aluno alargará o seu currículo com experimentos e vivências acadêmicas, internos ou externos ao curso, não se confundindo com o estágio curricular supervisionado.

Assim, se orientam a estimular a prática de estudos independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, de permanente e contextualizada atualização profissional específica, sobretudo nas relações com o mundo do trabalho, notadamente integrando-as às diversas peculiaridades regionais e culturais, e se constituem em componentes curriculares enriquecedores e fomentadores do perfil do formando.

As Atividades Complementares serão coordenadas por um professor lotado no curso que seguirá regulamento devidamente elaborado para este fim.

A flexibilidade do curso importa na abertura de oportunidades para a construção integrada de saberes e habilidades, o que justifica a importância de estudos independentes e a efetivação, na matriz do curso, das Atividades Complementares.

A competência profissional do egresso há de resultar da integração de várias competências distintas, além da exclusivamente científica, a saber, a crítica, a técnica, a relacional, a de atuação prática e a humanística, desenvolvendo interesses pelos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos da comunidade à qual pertence.

Deste modo, as Atividades Complementares constituem um conjunto de práticas de extensão, por participação e/ou execução, em projetos e eventos desenvolvidos dentro e/ou

fora da IES e que promovam o aprimoramento da formação acadêmica do aluno, bem como estabeleçam a relação educativa indispensável entre a teoria e a prática, como complementação das atividades curriculares pré-estabelecidas.

4.5. Trabalho de Conclusão de Curso

Sendo todo o curso voltado a produção de trabalhos de cunho tecnológico, científico e acadêmico, e o aluno incentivado a ser um pesquisador e articulador da teoria e da prática, o TCC configura-se como o encerramento de todas as atividades no âmbito da formação inicial e serve como propulsor para as atividades de formação continuada. Assim, quer seja por meio de pesquisa bibliográfica, ou por pesquisa de campo, o acadêmico vivencia, por meio do TCC a sistematização de conceitos e o relacionamento dos mesmos com o campo prático.

Assim sendo, em conformidade com o regulamento próprio, a disposição nos arquivos eletrônicos e na biblioteca de cada câmpus, o Trabalho de Conclusão de Curso constitui uma atividade curricular pautada em atividades devidamente orientadas por profissionais lotados no âmbito do curso segundo o predisposto no regulamento próprio.

As aulas serão distribuídas de segunda a sexta feira, incluindo a possibilidade de aulas aos sábados ou em horários alternativos para contemplar a carga horária, de forma presencial ou a distância. O Câmpus definirá os horários e dias de registro, respeitando-se o cumprimento da carga horária mínima do curso e a regularidade de atendimento.

4.6. Apoio ao Discente

O apoio ao discente é prestado de diversas formas e por variados segmentos no âmbito do IFRO, de acordo com a necessidade de cada aluno.

O aluno conta com o atendimento da Secretaria Acadêmica no que compete a ela e também com o apoio irrestrito do coordenador do curso que está a sua disposição em horários prefixados em murais e disponíveis no site da IES.

Além do atendimento direto e geral, o aluno também conta com atendimentos especializados. O Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE) é

o principal órgão de atendimento e de apoio ao acadêmico no tocante as suas dificuldades de adaptação e de aprendizagem.

Para os alunos que precisam ser ouvidos nas suas dúvidas, reclamações e sugestões há ainda a Ouvidoria que tem atendimento presencial e pelos sistemas de comunicação eletrônica. A Ouvidoria é segmento importante no atendimento e apoio ao discente e está regulamentada em documento próprio.

4.7. Avaliação do Curso e Ações Decorrentes do Processo Avaliativo do Curso

A respeito da auto-avaliação, o PPC contempla o previsto na Lei nº 10.861/2004 - SINAES Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e fundamenta-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais e no PDI do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

A estruturação avaliativa do curso compreende o especificado no Projeto e Regulamento da CPA e contempla os aspectos da organização didático-pedagógica, da avaliação do corpo docente, discente e técnico-administrativo e das instalações físicas.

Na busca de seu reconhecimento como entidade educacional comprometida com sua missão e suas políticas institucionais, o IFRO preocupado em melhorar os serviços oferecidos à comunidade aplica, constantemente, instrumentos avaliativos a fim de detectar as falhas para fazer as correções imediatas e necessárias.

A identificação dos pontos fortes e fracos do IFRO permite a construção de metas que possibilitem uma constante revisão dos procedimentos para a persecução de seus objetivos e alcance de suas políticas institucionais.

O processo avaliativo é democrático e garante a participação de todos os segmentos envolvidos como forma da construção de uma identidade coletiva. Em específico, os instrumentos avaliativos destinados aos discentes são organizados de forma a contemplar aspectos didático-pedagógicos do curso e de cada segmento institucional que lhe sirva de suporte, além, é claro, da avaliação individualizada de cada membro do corpo docente e uma autoavaliação proposta para cada acadêmico.

A avaliação do curso é encaminhada à Coordenação de Curso pela CPA para que possa propor as medidas necessárias de adequação junto às instâncias superiores.

A obtenção dos resultados avaliativos do curso tem possibilitado um diagnóstico reflexivo sobre o papel desenvolvido pelo IFRO no âmbito interno e externo, favorecendo a adoção de novas ações e procedimentos que atendam às demandas do entorno social no qual está inserida, contribuindo, desta maneira, para a construção de uma identidade mais próxima à realidade do ambiente em que se localiza e atua como agente de transformação social e cultural.

A avaliação do PPC traz, em si, a oportunidade de rupturas com a acomodação e abre espaço para se indagar qual a importância do curso para a sociedade, qual a melhor política a ser adotada em sua implementação e qual a sua contribuição para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O processo de avaliação é uma forma de prestação de contas à sociedade das atividades desenvolvidas pela Instituição, a qual atua comprometida com a responsabilidade social e com o desenvolvimento sustentável da região.

O acompanhamento e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso resultam, principalmente, de um trabalho integrado entre o Colegiado de Curso, o Núcleo Docente Estruturante, a Comissão Própria de Avaliação e os demais segmentos do IFRO que, de posse dos resultados, desenvolvem ações de construção e reconstrução do curso e de seu Projeto Pedagógico visando a criação de uma atmosfera propícia ao desenvolvimento social do saber historicamente construído.

São considerados relevantes para o processo de avaliação do curso e de seu Projeto Pedagógico os indicadores oriundos de dados originados das demandas da sociedade, do mercado de trabalho, das avaliações do curso pelo INEP, do ENADE, do Programa de Autoavaliação Institucional do IFRO e dos resultados das atividades de pesquisa e extensão.

O processo de autoavaliação do PPC seguirá as seguintes diretrizes: a autoavaliação do curso constitui uma atividade sistemática que deve ter reflexo imediato na prática curricular; deve estar em sintonia com o Projeto de Autoavaliação Institucional e, por último, deve envolver a participação dos professores, dos alunos e do corpo técnico-administrativo envolvido com o curso.

Cabe a CPA e a Coordenação do Curso operacionalizar o processo de autoavaliação junto aos professores, com o apoio do NDE. Deve haver, ao final do processo, a produção de relatórios conclusivos, a análise desses relatórios conclusivos de autoavaliação pela CPA, pela Coordenação do Curso e pelo NDE.

Os resultados das análises do processo devem ser levados ao conhecimento da comunidade acadêmica por meio de comunicação institucional, resguardados os casos que envolverem a necessidade de sigilo ético.

4.8. Atendimento Extraclasse

O atendimento extraclasse aos alunos é realizado pelo coordenador de curso e pelos professores com jornada semanal específica para atendimento extraclasse ao discente, assim como os serviços especializados de atendimento ao discente. Esse atendimento é feito personalizado e individualmente. O aluno, sem prévio agendamento, faz valer seus direitos tirando dúvidas e apresentando sugestões. Os docentes atendem os alunos que participam dos projetos de iniciação científica, das monitorias, projetos de pesquisa, extensão, dos trabalhos de conclusão de curso, dos estágios supervisionados e outras atividades que venham a ser propostas pelo campus.

4.8.1. Atendimento Psicopedagógico

O corpo discente deste e de outros cursos mantidos pela IFRO conta com o Serviço oferecido pelo Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE). O NAPNE tem por objetivo assessorar e acompanhar os alunos em suas ações, atividades e comportamentos.

O NAPNE promove e executa programas visando à melhoria das condições psicológicas e de desempenho acadêmico do alunado. Além do mais, o NAPNE desenvolve ações em conjunto com as coordenações de curso, Coordenação de Ensino e Coordenação de Assistência/Apoio ao Educando com o propósito de diagnosticar os problemas e de, conseqüentemente, apresentar soluções para eles.

4.8.2. Estratégias de Nivelamento

Com o objetivo de recuperar as deficiências de formação dos ingressantes, o IFRO oferece cursos e atividades de nivelamento em matemática, língua portuguesa e em outras disciplinas nas quais os discentes mostrarem-se deficitários em relação aos demais de suas turmas. Os cursos de nivelamento são oferecidos a todos os alunos do primeiro semestre dos cursos de graduação, logo nas primeiras semanas de aula.

Os cursos e atividades de nivelamento têm por objetivo revisar conteúdos necessários ao desempenho acadêmico do aluno; oportunizar o estudo de aspectos determinantes para o cotidiano da sala de aula; integrar o estudante na comunidade acadêmica e fazê-lo refletir sobre o que representa a nova vida acadêmica.

O IFRO, por meio de programa próprio, oferece suporte ao desenvolvimento de cursos de nivelamento compatíveis com as prioridades de cada curso e também levando em conta as necessidades identificadas pelas coordenações dos cursos. Além dos acima enumerados, outras disciplinas e conteúdos podem ser apresentados para nivelamento dos alunos ingressantes no IFRO.

4.8.3. Estratégias de Interdisciplinaridade

A proposta de formação interdisciplinar supõe e se operacionaliza em procedimentos teóricos e metodológicos que implicam na integração de conteúdos e atividades das diferentes disciplinas que compõem a matriz curricular do curso.

Isso permitirá conceber o conhecimento como unidade na formação, superando as divisões entre as mesmas, entre teoria e prática, entre ensino e pesquisa, considerando-as, a partir da contribuição das ciências, diferentes leituras de que o processo de aprendizagem não se limita aos conteúdos propostos.

A matriz curricular deve ser organizada, então, em razão de um plano de etapas de formação intelectual. Uma estratégia para isso pode ser a elaboração de projetos de ensino com o fim de articular disciplinas umas com as outras, em razão de afinidades de conteúdos e pontos de continuidade. A proposição deve ocorrer em dois sentidos:

- Horizontal: envolvendo disciplinas diferentes em um mesmo período;
- Vertical: envolvendo disciplinas em sequência de períodos.

O estabelecimento de cadeias de conexões horizontais e verticais entre disciplinas incentiva o apoio recíproco entre docentes, dinamiza a aprendizagem e remove a impressão de que as matérias são estanques entre si.

Uma das formas de se programar a prática interdisciplinar é através do que se denomina problematização dos conhecimentos em contato com a realidade por intermédio de um estudo dialógico, tendo em vista que problematizar, tomando como referencial a realidade do acadêmico, significa permitir que o mesmo possa refletir sobre si mesmo enquanto ser pensante.

No ato de repensar o curso apresentado neste Projeto Pedagógico, pode-se, também, recorrer à interdisciplinaridade desse com outros cursos do IFRO conscientizando o acadêmico de que um curso de qualidade não se fundamenta na memorização de conceitos, mas na reflexão ampla e profunda da realidade pautada em aspectos teóricos oriundos de diversos campos científicos.

A interdisciplinaridade com outros cursos poderá ocorrer também por meio de parcerias que sustentem o desenvolvimento de projetos voltados para o benefício da comunidade.

A implantação de projetos que visem ações interdisciplinares, multidisciplinares e transdisciplinares constitui meta importante no processo de ensino e de aprendizagem dos cursos de graduação oferecidos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

As ações interdisciplinares deverão ser regulamentadas em programas próprios, os quais, além de normas, objetivos e metas, deverão apresentar princípios didáticos e metodológicos do ser e do fazer interdisciplinar.

4.8.4. Estímulos às Atividades Acadêmicas

A missão do IFRO alicerça-se no desenvolvimento da atividade educacional formativa, desenvolvendo e preparando profissionais, cidadãos livres e conscientes, que busquem projetos de vida, participativos, responsáveis, críticos e criativos, construindo e aplicando o conhecimento para o aprimoramento contínuo da sociedade em que vivem e de futuras gerações.

O Instituto Federal de Rondônia oferece educação superior, visando à formação de sujeitos empreendedores e comprometidos com o autoconhecimento e com a transformação social, cultural, política e econômica do Estado de Rondônia e da Região. Assim, a Instituição tem a responsabilidade social de preparar profissionais éticos e competentes capazes de contribuir para o desenvolvimento regional, o bem-estar e a qualidade de vida de seus cidadãos. Consoante com a sua missão, o IFRO proporciona muitos estímulos aos discentes para a realização de atividades acadêmicas e participação em eventos complementares.

Por assim o ser, O IFRO incentiva a participação do estudante em viagens de estudos; em atividades de extensão; monitoria; pesquisa; discussões temáticas; estudos complementares; participação em seminários, encontros, simpósios, conferências e

congressos, internos e externos; participação em estudos de casos; projetos de extensão; em publicação de produção científica em instrumentos próprios e em outros periódicos nacionais e internacionais devidamente registrados nos órgãos de indexação e, finalmente, em visitas programadas e outras atividades acadêmicas e culturais. Além disso, o IFRO apoia a divulgação de trabalhos de autoria dos seus alunos.

O aluno recebe incentivo institucional efetivo, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento de sua trajetória acadêmica, quanto no que concerne às ações que o estimulam a permanência na Instituição em programas de formação continuada e de pós-graduação *lato e strito sensu*.

4.9. Avaliação do Processo de Ensino-aprendizagem do Curso

A avaliação de desempenho acadêmico, parte integrante do processo ensino-aprendizagem, é feita por disciplina e incide sobre a frequência e o aproveitamento escolar do aluno.

Independentemente dos demais resultados obtidos, são considerados reprovados na disciplina, os alunos que não obtiverem frequência mínima igual a 75% (setenta e cinco por cento) nas aulas e demais atividades programadas.

Os procedimentos de avaliação pontuarão com notas quantitativas a assiduidade, a pontualidade, a participação nos trabalhos, bem como a apresentação, a redação, a coerência, a abrangência, a pertinência com os temas abordados em aula, a visão crítica e criatividade do aluno, os trabalhos individuais realizados por ele, os trabalhos em grupo, participação em seminários, em colóquios e em visitas de estudos. Além do mais serão aplicadas, na forma do Regulamento da Organização Acadêmica (ROA-Graduação).

As provas ou atividades de avaliação escolar, regulamentadas no ROA-Graduação, visam à avaliação progressiva do aproveitamento do aluno e deverão ter previsão expressa nos planos de ensino de cada disciplina.

A cada verificação de aproveitamento bimestral e/ou semestral é atribuída uma nota, expressa em grau numérico de zero (0,0) a dez (100,0).

Atendida, em qualquer caso, à frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às aulas e demais atividades escolares, é aprovado o aluno que obtiver nota de aproveitamento não inferior a 6,0 (seis), correspondente à média aritmética das notas dos

exercícios escolares realizados durante o semestre letivo em consonância com o que está escrito no Regulamento da Organização Acadêmica.

4.10. Critérios de Aproveitamento de Estudos

O aproveitamento de disciplinas se dará conforme os critérios dispostos no Regulamento da Organização Acadêmica e não serão admitidas dispensas de disciplinas cursadas em outras instituições, exceto quando se tratar de ingresso com apresentação de transferência, em que se comprove o cumprimento das mesmas disciplinas também de forma integrada.

4.11. Critérios de Avaliação da Aprendizagem

A avaliação do desempenho do aluno, elemento fundamental para acompanhamento e redirecionamento do processo de desenvolvimento de competências relacionadas com a habilitação profissional, será contínua e cumulativa. Possibilitará o diagnóstico sistemático do ensino e da aprendizagem, prevalecendo os “[...] aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”, conforme previsão na LDB 9.394/96, artigo 24, inciso V, “a”. Será realizada por meio das seguintes estratégias, ao menos:

- a) Observação sistemática dos alunos, com a utilização de instrumentos próprios: fichas de observação, diários de classe, cadernos de anotação;
- b) Autoavaliação;
- c) Análise das produções dos alunos (projetos, relatórios, artigos, ensaios, exercícios, demonstrações);
- d) Apuração da assiduidade e avaliação da participação ativa nas aulas;
- e) Aplicação de atividades específicas de diagnóstico (exames, debates, testes, experimentos, provas, questionários, fóruns).

Para a avaliação da aprendizagem, deverão ser utilizados, em cada componente curricular, dois ou mais instrumentos de avaliação diferentes entre si, elaborados pelo professor, para cada período letivo. Os demais critérios e os procedimentos de avaliação estão definidos no Regulamento da Organização Acadêmica, assim como as orientações relativas a frequência, cálculo de notas e outros assuntos específicos de avaliação.

4.12. Relação entre Ensino, Pesquisa e Extensão

A concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos. Visa ao desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensão essencial à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão. Tendo em vista que é essencial à Educação Profissional e Tecnológica contribuir para o progresso socioeconômico, as atuais políticas da educação dialogam efetivamente com as políticas sociais e econômicas, em especial aquelas com enfoques locais e regionais.

Assim, o fazer pedagógico deve integrar ciência e tecnologia, bem como teoria e prática; deve conceber a pesquisa como princípio educativo e científico, e as ações de extensão, como um instrumento de diálogo permanente com a sociedade. Para isso, é essencial o incentivo à iniciação científica, ao desenvolvimento de atividades comunitárias e de prestação de serviços, numa perspectiva de participação ativa dentro de um mundo de complexa e constante integração de setores, pessoas e processos. São exemplos de atividades que promovem a inter-relação do ensino com a pesquisa, e a extensão: “Dias de Campo”, minicursos e projetos de ensino, de iniciação científica e de extensão e também com a criação de Empresas Júnior e do Núcleo de Incubadora de Empresas.

4.12.1. Políticas de Ensino

No Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRO estão previstas ações e metas que pretendem proporcionar aos egressos de todos os cursos uma educação pautada pelos moldes estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares e pelas exigências socioculturais. Por assim o ser, O IFRO desenvolveu um conjunto de diretrizes básicas para o desenvolvimento de suas atividades administrativas e acadêmicas ao longo dos próximos anos e que podem ser reafirmadas ou reformuladas conforme as mudanças do cenário educacional, regional e local.

O desenvolvimento da educação superior necessita de políticas que propiciem a ampliação dos cursos de graduação e ofertas de novas modalidades para o ensino, tendo em

vista a grande demanda da sociedade local, regional e nacional. Portanto, faz-se necessário o aperfeiçoamento dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação e a implementação de procedimentos metodológicos compatíveis com os processos de transformação social e adoção de novas tecnologias. Tais inovações tornam-se exequíveis mediante estudos técnicos e científicos nas áreas de conhecimento contempladas pelo IFRO.

O sistema de informação acadêmico-administrativa deve ser aperfeiçoado, já que constitui mecanismo estratégico para racionalizar os procedimentos burocráticos desenvolvidos e garantir maior agilidade no processo de comunicação.

A interação com a comunidade interna e externa deve ser efetivada por meio de ações consistentes que promovam o envolvimento e o comprometimento da comunidade interna (docentes, discentes, servidores técnico-administrativos e sociedade) por meio de atividades de extensão. O ensino e a extensão devem caminhar de forma indissociável, conforme está preconizado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei 9394/96).

4.12.2. Políticas de Pesquisa

O IFRO fomenta e implementa atividades de pesquisa em todos os seus câmpus e requer que sejam desenvolvidos, de modo sistemático, além dos programas de iniciação científica, pesquisa de alto nível que atenda às necessidades locais de cada unidade.

Com o intuito de efetivação de seus programas de pesquisa, o IFRO adota as seguintes ações:

- a) incentivo aos discentes e aos docentes interessados em práticas investigativas;
- b) concessão de bolsas de iniciação científica aos discentes desde que preenchidos todos os requisitos legais;
- c) alocação de carga-horária para os professores orientarem os alunos incluídos no Programas de Iniciação Científica;
- d) promoção de seminários e encontros institucionais com pesquisadores de nome nacional para incentivar a importância da investigação científica.

O IFRO, com vistas ao estabelecimento de bases sólidas para o desenvolvimento de pesquisa científica relevante, compatível com as áreas de conhecimento que promove, apresenta em seu PDI as seguintes diretrizes gerais:

- a) estabelecer mecanismos de articulação entre ensino, pesquisa e extensão: o espírito científico deve permear as práticas pedagógicas exercidas nos cursos de graduação e pós-graduação, de modo a tornar evidente para os alunos, a importância do saber fazer ciência durante a formação profissional;
- b) promover a interação com a comunidade: os grupos de estudos já existentes e os que serão implementados no IFRO contemplarão as potencialidades acadêmicas existentes, devidamente articuladas com as demandas locais e regionais;
- c) consolidação das atividades científicas na medida em que sejam disponibilizados os recursos financeiros necessários;
- d) criar novos e adequar os periódicos institucionais já existentes ao processo Qualis. A socialização do conhecimento por meio de periódicos produzidos nos últimos anos pela Instituição exige um procedimento avaliativo, em nível nacional, além de ser um estímulo de divulgação dos resultados investigativos realizados por docentes e discentes vinculados (ou não) ao IFRO.

4.12.3. Políticas de Extensão

O IFRO tem uma política de extensão que inclui cursos, programas e outras atividades com a participação de docentes, discentes e técnicos administrativos, desenvolvendo estratégias que possibilitam maior inserção institucional com a sociedade local e regional.

Para tanto, as atividades extensionistas estão pautadas em diretrizes que permitem à instituição atender, com eficácia, as necessidades de caráter educacional cultural e social traçadas em seu Plano de Desenvolvimento Institucional.

Os programas e projetos de extensão, desenvolvidos no âmbito das unidades de ensino, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, representam um importante veículo de troca e interação entre a IES e a comunidade em que ela está inserida e atua como agente de transformação social.

As atividades de extensão evidenciam para a sociedade o potencial acadêmico do IFRO no atendimento de necessidades educacionais, sociais e culturais da comunidade local e regional.

4.12.4. Ações para o Desenvolvimento do Ensino, da Pesquisa e da Extensão

Com o objetivo de implementar o ensino, a pesquisa e a extensão, o IFRO promove eventos que tratam de temas relacionados a esses pilares institucionais para o aprimoramento ainda maior da atuação do Instituto.

- a) Encontro das Equipes Dirigentes de Ensino: Evento realizado no segundo semestre letivo com o objetivo de discutir as temáticas relevantes ao processo de ensino e aprendizagem que perpassam pelo acesso, permanência e êxito, as regulamentações, a (re)organização dos cursos técnicos para atender a demanda social, entre outras, além de promover a aproximação da Reitoria e os Câmpus entre si e desenvolver atividades de integração. Participam do evento, além da equipe da Pró-Reitoria de Ensino: os Diretores de Ensino, os chefes de Departamento/Coordenadores de Apoio ao Ensino, os chefes de Departamento/Coordenadores de Assistência ao Educando, os Coordenadores de Registros Acadêmicos. Nas próximas versões também serão envolvidos neste evento as Coordenações de Biblioteca, Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais;
- b) Encontro do Ensino, Pesquisa e Extensão - Evento realizado no primeiro semestre letivo com o propósito de discutir e encaminhar situações estruturantes do ensino, pesquisa e extensão no IFRO, com base nos princípios pedagógicos e organizacionais do IFRO. Participam do evento as equipes das Pró-Reitorias de Ensino, Extensão e Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação e os representantes maiores dos respectivos setores nos câmpus do IFRO;
- c) Encontro das Equipes Multiprofissionais da Assistência Estudantil – Evento realizado no primeiro semestre letivo com o objetivo de discutir as políticas e programas bem como a implementação da assistência estudantil no âmbito do IFRO como meio de ampliar as possibilidades de permanência e êxito no processo educativo, inserção no

mercado de trabalho e exercício pleno da cidadania. Participam do evento, além da Diretoria de Assuntos Estudantis e Coordenação de Assistência Estudantil da Reitoria: Pedagogo(a) Orientador(a) Educacional, Psicólogo(a), Assistente Social e Chefe de Departamento/Coordenador(a) de Assistência ao Educando dos Câmpus;

- d) Encontro das Equipes de Biblioteca – Evento de caráter político e formativo que visa preparar os coordenadores de biblioteca e seus auxiliares para garantir o pleno funcionamento, com atendimento às regras específicas para o setor e utilização de sistema automatizado de gestão, e atendimento à comunidade acadêmica e geral;
- e) Congresso de Pesquisa e Extensão do IFRO;
- f) Eventos nos Câmpus: Os Câmpus estabelecem em seus Calendários Acadêmicos eventos como seminários, feiras, exposições, entre outros, para a discussão de temas relevantes e ações de ensino, pesquisa e extensão envolvendo toda a comunidade acadêmica e geral.

5 RECURSOS HUMANOS E DE APOIO PEDAGÓGICO E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O Câmpus se organiza de modo que o curso seja aplicado com um trabalho cooperativo de professores, colegiados e pessoal pedagógico-administrativo. Há um conjunto de profissionais, com perfil adequado, e de setores específicos que trabalham em integração, envolvendo as atividades de ensino, pesquisa, extensão e controle acadêmico.

5.1 EQUIPE DE PROFESSORES

A expansão institucional está relacionada ao crescimento quantitativo e qualitativo de seu quadro de profissionais. A seleção de docentes se dá a partir da publicação de edital de concurso público para os cargos disponíveis, após autorização do Ministério da Educação. A contratação é realizada conforme a disponibilidade de vagas, seguindo a ordem de classificação do concurso e mediante autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

5.1.1 Requisitos de formação

Os pré-requisitos de formação necessários para atuar no curso são aqueles estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/1996, e regulamentações do Ministério da Educação. No quadro a seguir, constam os requisitos mínimos por disciplina.

Quadro 4 - Necessidade de profissionais para o quadro docente

Nº	Disciplina	Formação Mínima Exigida
1	Introdução ao Agronegócio	Graduação em Administração, Economia, Tecnólogo em Agronegócio
2	Fundamentos da Administração e Economia	Graduação em Administração, Economia
3	Fundamentos da Agricultura	Graduação em Agronomia
4	Fundamentos da Zootecnia	Graduação em Zootecnia
5	Informática aplicada ao Agronegócio	Graduação em Informática
6	Comunicação e Linguagem	Graduação em Letras, Licenciatura em Letras.
7	Matemática Básica e Estatística	Graduação em Matemática, Licenciatura em Matemática
8	Sistemas de Informações Gerenciais	Graduação em Informática
9	Metodologia Científica e da Pesquisa	Graduação em qualquer área específica prevista neste quadro
10	Noções de Morfologia e Fisiologia Vegetal	Graduação em Agronomia, Engenharia Florestal
11	Gestão de Recursos Humanos	Graduação em Administração, Psicologia
12	Inglês Instrumental	Graduação em Língua Inglesa, Licenciatura em Letras
13	Ética, Sociedade e Cultura	Graduação/Licenciatura em Filosofia, Sociologia ou Pedagogia
14	Matemática Financeira	Graduação ou Licenciatura em Matemática, Graduação em Administração, Economia ou Ciências Contábeis
15	Cadeia Produtiva do Agronegócio	Graduação em Administração, Economia, Tecnólogo em Agronegócio, Zootecnia.
16	Solos e Adubação	Graduação em Agronomia.
17	Meio Ambiente e Sustentabilidade	Graduação em Agronomia, Engenharia Florestal, Engenharia Ambiental, Gestão Ambiental
18	Gestão da Qualidade e Certificação no Agronegócio	Graduação em Administração, Economia, Tecnólogo em Agronegócio, Agronomia, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Produção.
19	Sociologia Rural	Graduação/Licenciatura em Sociologia, Geografia.
20	Administração Mercadológica	Graduação em Administração, Tecnólogo em Agronegócio
21	Espanhol Instrumental	Graduação em Língua Espanhola, Licenciatura em Letras, Graduação em Letras-Espanhol.
22	Políticas Agrícolas e Desenvolvimento Regional	Graduação em Administração, Economia, Tecnólogo em Agronegócio, Licenciatura em História, Geografia, Sociologia.
23	Gestão de Recursos Materiais e Patrimoniais	Graduação em Administração, Engenharia da produção.
24	Pragas e Doenças de Cultivares	Graduação em Agronomia.
25	Produção de Ruminantes	Graduação em Zootecnia, Medicina Veterinária
26	Produção de Não Ruminantes	Graduação em Zootecnia, Medicina Veterinária
27	Contabilidade no Agronegócio	Graduação em Administração, Economia, Contabilidade
28	Legislação Aplicada ao Agronegócio	Graduação em Direito, Administração, Economia, Contabilidade.

29	Mercado e Tecnologia de Produtos de Origem Animal e Vegetal	Engenharia de Alimentos, Tecnólogo em Agronegócio, Tecnólogo em Alimentos.
30	Empreendedorismo	Graduação em Administração, Economia.
31	Cooperativismo e Associativismo	Graduação em Administração, Agronomia, Sociologia, História, Geografia.
32	Gestão de Custos e Formação de Preços no Agronegócio	Graduação em Administração, Economia, Matemática, Tecnólogo em Agronegócio,
33	Pesquisa no Agronegócio: TCC I e TCC II	Graduação em qualquer área específica prevista neste quadro
34	Gestão da Produção	Graduação em Administração, Economia, Engenharia da Produção.
35	Gestão Estratégica do Agronegócio	Graduação em Administração, Economia
36	Elaboração e Gestão de Projetos no Agronegócio	Graduação em Administração, Economia, Contabilidade, Agronomia, Engenharia Florestal, Gestão Ambiental
37	Administração Financeira	Graduação em Administração, Economia, Contabilidade
38	Economia no Agronegócio	Graduação em Administração, Economia
39	Geoprocessamento	Graduação em Agronomia, Geografia, Tecnólogo em Geoprocessamento

Fonte: IFRO (2015)

5.2 ÓRGÃOS DE APOIO

O Câmpus conta com Colegiados para tratar de assuntos administrativos e de formação acadêmica, como o Conselho Escolar, o Conselho de Classe e outras representações próprias da estrutura organizacional da Unidade ou do IFRO. Pode contar também com representações discentes, quando formalmente constituídas.

O Conselho de Classe é um órgão cujas formas de ação, competências e outras fundamentações próprias de sua função estão definidas nos artigos 21 a 27 do Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio e no Regulamento do próprio colegiado. Compete principalmente a ele apreciar e deliberar sobre matérias relativas à formação dos estudantes, nos limites e segundo os princípios estabelecidos.

5.3 SETORES DE APOIO PEDAGÓGICO E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

A estrutura organizacional do Câmpus compõe-se de setores pedagógico-administrativos para orientação, acompanhamento e suporte às atividades de alunos e professores, envolvendo ensino, pesquisa e extensão.

5.3.1 Diretoria de Ensino

Articula-se com a Direção-Geral e com os demais setores de manutenção e apoio ao ensino para o desenvolvimento das políticas institucionais de educação. Instrui programas,

projetos e atividades de rotina, conforme competências descritas no Regimento Interno do Câmpus, nos Regulamentos da Organização Acadêmica e nas instruções da Direção-Geral; organiza, executa e distribui tarefas referentes ao desenvolvimento do ensino. Conta com as seguintes seções de apoio: Coordenação de Apoio ao Ensino, Coordenação de Assistência ao Educando, Coordenação de Registros Acadêmicos e Coordenação de Biblioteca. Poderão ser instituídas outras coordenações, como a de Curso, conforme o processo de reformulação da estrutura organizacional em andamento.

a) Coordenação de Apoio ao Ensino

Desenvolve atividade de suporte à Diretoria de Ensino; presta apoio ou exerce atividade de orientação a professores e alunos, no que tange a elaboração, tramitação, organização, recebimento e expedição de documentos referentes ao ensino profissionalizante de nível médio; controla materiais e recursos didáticos disponibilizados aos docentes e acadêmicos deste nível de ensino, conforme a necessidade; com auxílio de uma equipe de pedagogos e técnicos em assuntos educacionais, presta apoio pedagógico aos alunos e professores.

b) Coordenação de Assistência ao Educando

Desenvolve atividade de suporte à Diretoria de Ensino e à Coordenação de Apoio ao Ensino; presta informações a todos de direito no que se refere às notas obtidas nas etapas; oferece orientação a alunos quanto a aproveitamento, frequência, relações de interação no âmbito da Instituição e outros princípios voltados para o bom desenvolvimento dos estudos.

O atendimento e acompanhamento pedagógico às turmas e aos alunos, de forma individualizada, têm como objetivo o desenvolvimento harmonioso e equilibrado em todos os aspectos do indivíduo — físico, mental, emocional, moral, estético, político, educacional e profissional. Os serviços específicos são:

- **Serviço Social**, que presta assistência ao aluno em relação aos aspectos socioeconômicos, envolvendo: construção do perfil dos que ingressam no Câmpus; levantamento de necessidades; elaboração de planos de apoio financeiro que envolva, por exemplo, bolsa-trabalho e bolsa-monitoria; realização de outras atividades de atendimento favorável à permanência do aluno no curso e ao seu bem-estar;

- **Serviço de psicologia:** atende aos alunos em relação aos aspectos psicológicos, por meio de orientações, estudos de caso, diagnósticos e atendimentos de rotina.

- **Serviço de Atendimento Educacional Inclusivo:** atende alunos com necessidades educacionais específicas.

Existe, portanto uma inter-relação com o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas e demais setores de apoio pedagógico e administrativos, com vistas a atender principalmente ao Programa de Assistência Estudantil do IFRO.

c) Coordenação de Registros Acadêmicos

É um setor de registro, acompanhamento, informação e controle de notas, frequência e outros dados relativos à vida escolar dos estudantes. Incluem-se nas suas funções os trâmites para expedição de certificados e diplomas.

d) Coordenação de Biblioteca

Registra, organiza, cataloga, informa, distribui e recolhe livros e outras obras de leitura; interagem com professores, alunos e demais agentes internos ou externos para o aproveitamento das obras da biblioteca no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem, no âmbito dos cursos e da formação geral; mantém o controle e o gerenciamento do uso das obras, impressas ou em outras mídias.

e) Coordenação de Curso

A Coordenação do Curso, subordinada à Diretoria de Ensino, é responsável por acompanhar o processo de formação dos estudantes, participar dos processos de reformulação do projeto pedagógico e prestar o suporte necessário à execução do curso, conforme as competências estabelecidas no Regulamento da Organização Acadêmica.

5.3.2 Departamento de Extensão

Orienta os agentes das comunidades interna e externa para o desenvolvimento de projetos de extensão, considerando a relevância dos projetos e a viabilidade financeira, pedagógica e instrumental do Câmpus; participa de atividades de divulgação e aplicação dos projetos, sempre que oportuno e necessário.

Por meio da Coordenação de Integração entre Escola, Empresa e Comunidade, cumpre as atividades de rotina relativas a estágio (levantamento de vagas de estágio, credenciamento de empresas, encaminhamento ao mercado de trabalho, etc.), desenvolve planos de intervenção para conquista do primeiro emprego, acompanha egressos por meio de projetos de integração permanente, constrói banco de dados de formandos e egressos, faz as diligências para excursões e visitas técnicas, dentre outras funções.

Em geral, o Departamento de Extensão apoia a Administração, a Diretoria de Ensino e cada membro das comunidades interna e externa no desenvolvimento de projetos que favoreçam ao fomento do ensino e da aprendizagem. Usa como estratégia a projeção, a instrução, a logística, a intermediação e o *marketing*.

5.3.3 Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

Atende às necessidades da Instituição também de forma articulatória, relacionando a pesquisa e a inovação com as atividades de ensino e extensão; respondem pela necessidade de informação, organização e direcionamento das atividades afins, atentando-se para as novas descobertas e o desenvolvimento de projetos de formação e aperfeiçoamento de pessoas e processos.

Por meio da Coordenação de Pesquisa e Inovação, trabalhará com estratégias de fomento, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica — PIBIC Júnior, e projetos específicos de desenvolvimento da pesquisa, realizados no âmbito interno ou não, envolvendo não apenas os alunos e professores, como também a comunidade externa.

5.3.4 Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

Os alunos que se encontrarem com alguma necessidade que implique em dificuldade extraordinária para a sua permanência no curso poderão contar com o serviço de apoio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas — NAPNE. É possível promover suporte tecnológico aos estudantes (como órteses, próteses e outros), se houver provimento de recursos; o desenvolvimento de ações para a superação de barreiras arquitetônicas, atitudinais e pedagógicas; a criação e aplicação de estratégias para a garantia da educação inclusiva; e a articulação com órgãos públicos, empresas privadas, grupos comunitários, organizações não governamentais e outros grupos ou pessoas que possam atuar

em favor da inclusão. Informações mais completas podem ser conferidas no projeto de implantação do Núcleo.

6 DAS POLÍTICAS ESPECIAIS DO IFRO

6.1 Das Políticas de Educação em Direitos Humanos

Em 1948, a Organização das Nações Unidas editou e apresentou ao mundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos a fim de garantir que todos os seres humanos pudessem “invocar os direitos e as liberdades proclamados [...], sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação.”

A partir de então, foi desencadeado um processo de mudança no comportamento dos indivíduos e dos grupos sociais em todo o planeta. Diversos outros instrumentos, cartas, tratados, pactos foram criados a fim de dar garantia e de ampliar as já existentes nos diversos países em redor do mundo.

No Brasil, os direitos humanos estão garantidos na Constituição Federal (1988), em seu artigo 5º, parágrafos 2º e 3º, nos quais está consignado que:

§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte. § 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

Além de recepcionar a legislação e os tratados internacionais sobre direitos humanos, no *caput* do artigo 5º da Constituição Federal (1988) está escrito que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”.

A legislação brasileira é perfeita no que se refere ao oferecimento de garantias individuais e coletivas; no entanto, a prática não imita a teoria, visto que as denominadas minorias sociais vivem marginalizadas em face de uma exclusão que, a cada dia, torna-se mais e mais evidente.

Visando minorar os diversos atentados contra os direitos individuais e coletivos e alavancar políticas que avancem rumo a um futuro de igualdade e de respeito a dignidade da pessoa humana, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; o Ministério da Educação; o Ministério da Justiça e a UNESCO, por meio do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, instituíram o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) com os objetivos gerais de:

- a) destacar o papel estratégico da educação em direitos humanos para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito;
- b) enfatizar o papel dos direitos humanos na construção de uma sociedade justa, equitativa e democrática;
- c) encorajar o desenvolvimento de ações de educação em direitos humanos pelo poder público e a sociedade civil por meio de ações conjuntas;
- d) contribuir para a efetivação dos compromissos internacionais e nacionais com a educação em direitos humanos;
- e) estimular a cooperação nacional e internacional na implementação de ações de educação em direitos humanos;
- f) propor a transversalidade da educação em direitos humanos nas políticas públicas, estimulando o desenvolvimento institucional e interinstitucional das ações previstas no PNEDH nos mais diversos setores (educação, saúde, comunicação, cultura, segurança e justiça, esporte e lazer, dentre outros);
- g) avançar nas ações e propostas do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) no que se refere às questões da educação em direitos humanos;
- h) orientar políticas educacionais direcionadas para a constituição de uma cultura de direitos humanos;
- i) estabelecer objetivos, diretrizes e linhas de ações para a elaboração de programas e projetos na área da educação em direitos humanos;
- j) estimular a reflexão, o estudo e a pesquisa voltados para a educação em direitos humanos;
- k) incentivar a criação e o fortalecimento de instituições e organizações nacionais, estaduais e municipais na perspectiva da educação em direitos humanos;
- l) balizar a elaboração, implementação, monitoramento, avaliação e atualização dos Planos de Educação em Direitos Humanos dos estados e municípios;
- m) incentivar formas de acesso às ações de educação em direitos humanos a pessoas com deficiência.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia em seu Plano de Desenvolvimento Institucional, no título que trata das políticas de ensino para o ensino técnico de nível médio e de graduação faz menção às Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme o disposto no Parecer CNE/CP nº 8/2012, que originou a Resolução CP/CNE n.1 de 30/05/2012 e também às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana e indígena, conforme o disposto na Lei nº 11.645 de 10/03/2008, na Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004 e na Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003.

Embora não haja uma política esboçada num plano ou programa específico para tratar dos direitos humanos, é certo que o tema vem se tornando, a cada dia, mais e mais frequente

nas discussões dos comitês, conselhos e comissões constituídas para pensar o futuro do IFRO. Os direitos humanos já figuram como disciplinas obrigatórias, como optativas e também como conteúdos de disciplinas que tratam de questões humanas e sociais nos cursos da educação básica, técnica, tecnológica e superior do Instituto Federal de Educação de Rondônia, o qual pretende, nos anos vindouros, ampliar as discussões em nível de poder contribuir, sobremaneira, com a formação humanista da sociedade na qual está inserido e atua como agente de transformação social.

6.1.1 Das Políticas de Educação Inclusiva

A sociedade é formada por indivíduos diferentes, e aqueles que estão fora do padrão da maioria, geralmente, são marginalizados, estereotipados e/ou relegados ao que, modernamente, são chamados de grupos de minorias. Segundo Santos e Paulino (2008, p. 70):

Historicamente, a dialética exclusiva/inclusiva vem galgando caminhos tortuosos e modificando-se de acordo com a sua época. Desta maneira, pode-se constatar a formação de diversos grupos de excluídos que se modificam a cada dia e compõem uma série de movimentos em favor dos direitos sociais e de participação, buscando minimizar as exclusões que podem ser percebidos nitidamente em muitas situações, de forma velada em outras e muitas vezes até mesmo mascaradas.

Procurando se adequar à modernidade inclusiva e a esse novo mundo de diversidades que se organizam em grupos de minorias excluídas; o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), com o propósito de tratar os iguais com igualdade e os desiguais com desigualdade, na medida de suas desigualdades, a fim de igualar os desiguais aos iguais, vem desenvolvendo políticas denominadas de inclusivas para atender as camadas sociais excluídas dos sistemas educacionais a fim de nivelá-las aos demais membros da sociedade. Assim sendo, como está preconizado no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (2014):

Todas as obras recentes realizadas pelo Instituto Federal de Rondônia já contemplam em seus projetos as recomendações da legislação vigente no que refere às questões de acessibilidade. Edificações pré-existentes incorporadas ao IFRO ao longo do tempo e que, porventura, não possuíam acessibilidade, foram adequadas. Nesse sentido, outra questão a se destacar, é a Resolução nº30/2011, que disciplina a organização, o funcionamento e as atribuições dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNEs, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO. Entre suas principais características, destacam-se os procedimentos para sua efetiva implantação, que tem como objetivo principal, criar a cultura da educação para a convivência, a aceitação da diversidade, a eliminação das barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais, incluindo socialmente a todos por meio da educação. Informamos também que duas metas apresentadas no presente documento contribuem para a regulamentação da acessibilidade e para o atendimento prioritário em âmbito institucional. A Pró-Reitoria de Planejamento e Administração –

PROPLAD – tem como meta para o ano de 2015, a elaboração do Plano de Desenvolvimento Físico do IFRO (PDF), que passará a oferecer documentalmente, de maneira mais detalhada, as especificidades técnicas de construção para atendimento ao disposto, atendendo as necessidades de cada câmpus, em consonância com os objetivos institucionais e a legislação vigente. Em complemento a essa ação, a reitoria tem como meta a elaboração do Plano de Acessibilidade e Atendimento Prioritário do IFRO, que, como o nome sugere, passará a servir como referência documental da instituição para essa finalidade, contemplando os estudos já realizados pelo NAPNE, bem como do PDF, a ser desenvolvido pela PROPLAD.

O ensino e a aprendizagem têm interessado, sobremaneira, pesquisadores, professores, gestores e também às famílias, especialmente, no que concerne a educação especial inclusiva. No âmbito do Instituto Federal de Educação de Rondônia, isso não é diferente. Apesar de sua jovialidade, o IFRO tem demonstrado que pode fazer a diferença oferecendo à sociedade uma educação isonômica para todos. Todos os seus câmpus têm procurado incluir os mais diversos sujeitos socialmente constituídos para que façam parte do sistema nacional de educação básica, técnica, tecnológica e superior, provendo assim “o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (CF, art 3º, inc. IV), pautando sempre pelo zelo aos princípios constitucionais de respeito à dignidade da pessoa humana, da liberdade de ir e vir e da igualdade entre todos. (Constituição Federal, 1988).

6.1.2 Do Oferecimento de Língua Brasileira de Sinais – Libras

Compreendendo que todo e qualquer profissional terá que lidar, em algum momento de sua vida, respeitosamente, com as pessoas surdas, o Instituto Federal de Educação de Rondônia entende que deve, com fundamento no disposto no Decreto da Presidência de República nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, no seu artigo 3º e parágrafos, em suas licenciaturas, oferecer Língua Brasileira de Sinais como disciplina obrigatória e como optativa nos demais cursos, pois estando o egresso de Tecnologia em Agronegócio, frente a frente, com alguém que exija tratamento diferenciado em função de sua necessidade específica, saberá ele lidar de forma competente e hábil usando o necessário de sinais para estabelecer uma comunicação que seja eficiente e que atenda os anseios de seu cliente.

6.1.3 Da Política de Educação Ambiental

A política de Educação Ambiental no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia visa construir valores sociais, atitudinais e competências para a utilização sustentável do meio ambiente.

Além do oferecimento de disciplinas que tratam do tema e dos conteúdos, oferecidos de modo transversal, nas demais disciplinas de formação geral, será estimulada a implantação de projetos e de programas relacionados ao tema a fim de consolidar uma política ambiental que seja capaz de resgatar os mais puros valores relacionados à preservação e ao uso responsável da terra, das matas, do ar, das águas e de tudo o que se deriva deles.

De igual modo, serão estabelecidas parcerias com órgãos ambientais de natureza pública e privada para o desenvolvimento de políticas de preservação e conservação de rios, florestas e de outros ambientes naturais na região de abrangência do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO).

Como norte para a sua política de educação ambiental interna, o IFRO servirá de tudo o quanto está preconizado no Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) e evoca em especial as cinco diretrizes:

- a) Transversalidade e Interdisciplinaridade.
- b) Descentralização Espacial e Institucional.
- c) Sustentabilidade Socioambiental.
- d) Democracia e Participação Social.
- e) Aperfeiçoamento e Fortalecimento dos Sistemas de Ensino, Meio Ambiente e outros que tenham interface com a educação ambiental.

6.1.4 Das Condições de Acesso para Pessoas com Necessidades Especiais

O Câmpus norteia-se pelo que preconiza a Lei Federal Nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000 para definir suas políticas de atendimento às condições de acessibilidade. Com fulcro na lei, são estabelecidas normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a eliminação de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

Ademais, as políticas e ações do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, em todos os câmpus, para a acessibilidade de pessoas com necessidades especiais são implementadas conforme o disposto na NBR 9050/2004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Os atendimentos obedecerão ao disposto no Regulamento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas do IFRO.

6.1.5 Acessibilidade para Pessoas com Deficiência Física

O Câmpus está se adaptando para proporcionar condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com necessidades específicas ou com mobilidade reduzida, inclusive adaptação de sala de aula, biblioteca, auditórios, ginásios e instalações desportivas e laboratórios, áreas de lazer, estacionamentos e sanitários.

Em atendimento à Lei Federal n.º 10.098/2000 e ao Decreto 5.296/2004, o Câmpus tem:

- a) Estacionamento e/ou acesso adequado e reservado, próximo às edificações, para portadores de necessidades especiais;
- b) Em toda edificação, com mais de um pavimento, existirá acesso facilitado por rampa, calçada rebaixada e/ou elevador;
- c) Os sanitários são adaptados para pessoas com deficiência, com equipamentos e acessórios;
- d) Largos corredores, facilitando a locomoção e acesso aos vários ambientes;
- e) Locais de reunião com espaços reservados, facilitando a acessibilidade.

Deverá ser cumprido o estabelecido na NBR 9050 (ABNT, 2004) e legislações aplicáveis.

6.1.6. Da Acessibilidade para Alunos com Deficiência Visual

O Câmpus está se adaptando para adquirir equipamentos que favoreçam a acessibilidade para alunos com deficiência visual, a fim de facilitar o ensino e aprendizagem a todos os alunos.

6.1.6 Da Acessibilidade para Alunos com Deficiência Auditiva

Historicamente, as pessoas com necessidades educacionais específicas têm sido alvo de discriminação e preconceito em todos os aspectos da vida comunitária. Nos últimos trinta anos, porém, tem-se observado uma mudança substancial em uma longa trajetória, que tem episódios que vão desde o aniquilamento e isolamento em instituições específicas — muitas vezes tidas como “depósitos” — até a conquista de direitos assegurados em documentos oficiais em âmbito nacional e internacional. Segundo o IBGE, Censo 2000, no Brasil existem 24,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência ou incapacidade, o que representa 14,5% da população brasileira.

Um marco significativo que demonstra o avanço das conquistas dos movimentos de surdos, por exemplo, está mencionado no Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, dispondo sobre a Língua Brasileira de Sinais — Libras, e o art. 18 da Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que trata da acessibilidade de pessoas com necessidades específicas.

É possível a construção de novos sentidos para o trabalho de educação no campo da diferença, a partir do momento em que a educação possa ser compreendida como um processo amplo, de gestão participativa e comprometida com as múltiplas necessidades e possibilidades inerentes ao campo da inclusão. O Câmpus está se adaptando para adquirir equipamentos que favoreçam a acessibilidade para alunos com deficiência auditiva.

6.1.7 Da Proteção aos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista

Com fundamento no disposto na Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012, o IFRO, por intermédio do seu Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), a fim de prestar a devida e necessária proteção aos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista.

7 INFRAESTRUTURA DE ATENDIMENTO

O Câmpus conta com moderna infraestrutura de setores pedagógicos e administrativos, capazes de oferecer segurança e bem-estar a alunos, professores e comunidade externa. Além dos espaços formadores e de apoio pedagógico-administrativo, organizados em setores, conta com ambientes de recepção, alimentação, experimentos e outros.

7.1 Espaços Formadores

São considerados espaços formadores todos aqueles em que seja possível desenvolver o ensino e a aprendizagem por meio de suporte e/ou instrução. Podem ser elencados as salas de aula, a quadra poliesportiva, os laboratórios, a biblioteca e outros.

As salas de aula do Câmpus são climatizadas e equipadas com televisores e dispositivos de conexão de hiperâmídia. Atendem regularmente ao volume de alunos, à acessibilidade e aos requisitos gerais de bem-estar e harmonia dos usuários. Enquanto concepção pedagógica, elas possuem como extensão outros espaços para estudos coletivos ou individuais, interna ou externamente ao Câmpus. São o espaço básico, mas não o único, para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. Dada a intensidade de seu uso, requer mecanismos de manutenção e estratégias de suporte das equipes e setores de apoio.

A biblioteca é ampla, instalada em ambiente climatizado, dinâmico e organizado, contendo referências bibliográficas imprescindíveis a sua formação. Entende-se que o conhecimento construído ao longo dos tempos, especialmente sistematizados em livros e outras formas de divulgação, deve ser objeto de estudo e ficar disponibilizado aos alunos, para a fundamentação teórica de suas atividades estudantis e profissionais. Por isso, salienta-se a importância a ser dada à Biblioteca, que contará ainda com acervo virtual de consulta e sistemas de acesso a este acervo. As ementas, em anexo, trazem uma lista de referências básicas e complementares que estarão presentes na Biblioteca do Câmpus.

São disponibilizados laboratórios de informática e laboratórios específicos aos alunos. O de Informática está estruturado com computadores conectados à internet e interligados em rede, com acesso a impressoras, lousa digital e projetor multimídia, dentre outras formas de conexão. Possibilitam a instrumentalização do aluno na linguagem de hiperâmídia, inserindo-o no mundo globalizado. Contam com *softwares* específicos, de acordo com as necessidades para o curso. Os laboratórios de atividades específicas estão estruturados conforme quadro a seguir:

Laboratórios específicos para o curso

Laboratório	Descrição e objetivos
Laboratório de Informática Básica	Laboratório estruturado para o ensino, tais como: sistema operacional, suíte de escritório, navegação na internet, Plano de Negócios, Planilhas de Calculos, etc.
Laboratório de Solos	Laboratório estruturado para o ensino, pesquisa e atividades de extensão: realização de análises variadas (micro e macro).
Laboratório de Desenho Técnico	Laboratório estruturado para o ensino, pesquisa e atividades de extensão: realização de atividades voltadas para a elaboração de projetos de viabilidade e desenhos técnicos.

Fonte: IFRO (2015)

7.2 RECURSOS TECNOLÓGICOS

O Câmpus oferece segurança e suporte a todos que nele se integram. Possui equipamentos de segurança e principalmente os instrumentos e materiais necessários ao desenvolvimento de qualidade das atividades de formação. Assim, oferece livros didáticos, materiais de expediente, veículos para transporte em excursões e visitas técnicas, materiais esportivos, dentre outros. Conta com diversos recursos de hiperâmídia, tais como: data show, televisores, DVD player, lousa digital, computadores, etc., que se traduzem em inovação ou suporte imprescindível para o trabalho de alunos e professores. Os inventários destes equipamentos e materiais podem ser consultados junto à Diretoria de Planejamento e Administração, ou, conforme o caso, na Diretoria de Ensino.

8 EMBASAMENTO LEGAL

Dentre os documentos legais mais importantes e recorrentes para a orientação da prática educacional, constam os que seguem. Mas devem ser considerados ainda aqueles existentes ou a serem criados e homologados, bem como os que sejam parâmetro para a atividade nas instituições públicas de ensino da rede federal.

8.1 Documentos da Legislação Nacional

Os projetos pedagógicos dos cursos técnicos de nível médio atendem ao respectivo Catálogo do Ministério da Educação, às diretrizes específicas da modalidade dos cursos e às normatizações internas. No âmbito da legislação nacional, elencam-se como referências comuns e recorrentes:

- a) Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio: define carga horária de cada formação e sua área de conhecimento, sugere abordagens para os cursos, traça perfis de formação e apresenta campos de atuação profissional;
- b) Decreto 5.154/04: regulamenta o parágrafo 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 41 da Lei 9.394/96;
- c) Lei 11.788/08: dispõe sobre o estágio;
- d) Lei 11.892/08: cria os Institutos Federais;
- e) Lei 9.394/96: estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- f) Parecer CEB/CNE 39/2004: dispõe sobre a aplicação do Decreto 5.154/2004 na educação profissional técnica de nível médio;
- g) Resolução CEB/CNE 2/2012: institui as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio;
- h) Resolução CEB/CNE 6/2012: institui as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio;

Especificamente, a Resolução 6/2012, do Conselho Nacional de Educação, apresenta conceitos e princípios de organização basilar para os cursos técnicos, enquanto o Catálogo Nacional específico define os perfis de formação e sugere os eixos de formação mínimos para cada caso.

8.2 Normativas Internas

O curso é regido também por normatizações internas que atendem à legislação nacional, quando à vida acadêmica em geral e às dimensões, fundamentos e processos específicos de formação. Os documentos de maior recorrência são:

- a) Regimento Geral;
- b) Regimento Interno do Câmpus;
- c) Regulamento da Organização Acadêmica;
- d) Regulamento do Estágio na Educação Profissional no Instituto Federal de Rondônia;
- e) Regulamento dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) na Educação Profissional.

O Regulamento da Organização Acadêmica é o documento mais importante para a orientação geral dos processos de ensino, aprendizagem e registros acadêmicos. Outras

normativas, embora não listadas acima, deverão ser respeitadas na oferta do curso. O mesmo deve ser considerado quanto à legislação nacional.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. E. B. de. As teorias principais da andragogia e heutagogia. In: LITTO, F. M. e FORMIGA, M. M. M. (Orgs.). **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Educacion do Brasil, 2009.
- _____. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CEB/CNE 39/2004**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_parecer392004.pdf>. Acesso em: 19 set. 2015.
- _____. _____. **Resolução 2/2012**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17417&Itemid=866>. Acesso em: 19 set. 2015.
- _____. _____. **Resolução 6/2012**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17417&Itemid=866>. Acesso em: 19 set. 2015.
- _____. Instituto Federal de Rondônia. Pró-Reitoria de Ensino. **Instruções Normativas 1, 2, 3, 4, 6, 7 e 8 de 2011**. Porto Velho: Proen/IFRO, 2011.
- _____. _____. **Manual de Estágio**. Porto Velho: IFRO, 2011.
- _____. _____. **Regulamento de Estágio nos Cursos Técnicos de Nível Médio**. Porto Velho: IFRO, 2011.
- _____. _____. **Regimento Geral**. Porto Velho: IFRO, 2011.
- _____. _____. **Regulamento da Emissão, Registro e Expedição de Certificados e Diplomas**. Porto Velho: IFRO, 2012.
- _____. _____. **Regulamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas — NAPNEs/IFRO**. Porto Velho: IFRO, 2011.
- _____. _____. **Regulamento dos Conselhos de Classe e Colegiados de Curso**. Porto Velho: IFRO, 2013.
- _____. _____. **Regulamento dos Trabalhos de Conclusão de Curso**. Porto Velho: IFRO, 2013.
- _____. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. Disponível em: <<http://pronatec.mec.gov.br/cnct/>>. Acesso em: 19 set. 2015.
- _____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Orientação Normativa 7/2008**. Disponível em: <http://www.pgfn.fazenda.gov.br/programa-de-estagio/orientacao_normativa_07_republicacao_2.pdf>. Acesso em: 19 set. 2013.
- _____. _____. **Decreto 5.154/2004**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm>. Acesso em 5/9/2015.
- _____. _____. **Decreto 7.566/1909**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf>. Acesso em 19 set. 2015.
- _____. _____. **Lei 11.534/2007**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111534.htm>. Acesso em: 19 set. 2015.
- _____. _____. **Lei 11.788/2008**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm>. Acesso em: 19 Set. 2015.
- _____. _____. **Lei 11.892/2008**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em: 19 set. 2015.

_____. _____. **Lei 12.711/2012.** Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em: 19 set. 2015.

_____. _____. **Lei 8.670/1993.** Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8670.htm>. Acesso em: 19 set. 2015.

_____. _____. **Lei 9.394/1996.** Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm >. Acesso em: 19 set. 2015.

DANTAS, A. C. da C. **Evasão, retenção e conclusão na rede federal.** Disponível em:

<<http://www.reditec.ifal.edu.br/reditec/arquivos-1/apresentacoes/dia-04-09/Tema%2001%20-%20Evasao%20e%20Repetencia%20na%20Rede%20Federal.pdf/view>>. Acesso em: 19 set. 2015.

APÊNDICE - PLANOS DE DISCIPLINA

PRIMEIRO PERÍODO

UC: Introdução ao Agronegócio	Período:1	CH: 40
<p>Ementa Conceito de agronegócio. Elementos do agronegócio. Os processos atuais que caracterizam o agronegócio e suas redes de mercados. Estratégias em agronegócio. Abordagens administrativas no agronegócio. Cadeias produtivas. Clusters. Arranjos produtivos locais. A gestão do agronegócio. Macroprocessos.</p>		
<p>Bibliografia Básica ARAÚJO, M. J. de. Fundamentos de Agronegócios. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013. CALLADO, A. A. C. (Org.). Agronegócio. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011. MENDES, Judas Tadeu Grassi; PADILHA JUNIOR, João Batista. Agronegócio: uma abordagem econômica. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.</p> <p>Bibliografia complementar BATALHA, Mário Otávio (Coord.). Gestão agroindustrial: GEPAI Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. v. 1. BATALHA, Mário Otávio (Coord.). Gestão agroindustrial: GEPAI Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012. v. 2. SANTOS, Gilberto José dos; MARION, José Carlos; SEGATTI, Sonia. Administração de custos na agropecuária. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009. SAVOIA, J. R. F. Agronegócio no Brasil: uma perspectiva financeira. São Paulo: Saint Paul, 2009. NEVES, Marcos Fava; ZVLBERZTAJN, Décio; NEVES, Evaristo Marzabal. Agronegócio do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2005.</p>		

UC: Fundamentos de Administração e Economia	Período:1	CH: 80
<p>Ementa A empresa e o seu ambiente. Funções do Administrador: planejamento, organização, controle, direção. Questões da Administração do Sec. XXI. Planejamento estratégico. Estratégias de mercado. Análise setorial. Modelos estratégicos. Conceitos e modelos básicos da teoria econômica, fatores de produção, demanda e oferta, formação dos preços, aspectos da economia internacional, aspectos da ordem econômica.</p>		

Bibliografia Básica

MOTTA, Fernando C. Preste; VASCONCELOS, Izabella F. Gouveia. **Teoria Geral da Administração**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

MANKIWI, N. G. **Introdução a Economia**. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

CHIAVENATO, I. **Introdução a Teoria Geral da Administração**. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

Bibliografia Complementar

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. **Teoria geral da administração - Edição Compacta**. 2 ed. Editora Atlas, 2012.

ARBAGE, A. P. **Fundamentos de Economia Rural**. 2. ed. Chapecó Argos, 2012. O'

SULLIVAN, A. **Princípios de Economia**. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

SILVA, Reinaldo O. da. **Teorias da Administração**. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

ROSSETTI, José Paschol. **Introdução à economia: livro de exercícios**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

UC: Fundamentos de Agricultura	Período:1	CH: 40
Ementa		
Ciência do solo: química, física e conservação do solo. Fitotecnia: agrometeorologia e ecologia, sementes e grãos, horticultura, fruticultura e silvicultura. Fitossanidade: entomologia, fitopatologia e plantas daninhas. Engenharia rural, mecanização e armazenamento. Tópicos atuais.		
Bibliografia Básica		
GUERRA, A. J. T.; SILVA, A. S.; BOTELHO, R. G. M. Erosão e conservação dos solos: conceitos, temas e aplicações . 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.		
KIMATI, Hiroshi; et al. Manual de Fitopatologia: doenças das plantas cultivadas . 4. ed. Piracicaba: Agronômica Ceres, 2011. v. 2.		
RAMALHO, M. A. P.; et al. Genética na Agropecuária . 5. ed. Lavras: UFLA. 2012.		
Bibliografia Complementar		
ATHIÉ, I; PAULA, D. C. Insetos de grãos armazenados: aspectos biológicos e identificação . 2. ed. São Paulo: Varela, 2002.		
LEPSCH, I. F. Formação e conservação dos solos . 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2010. SILVA, A. A.; SILVA, J. F. Tópicos em manejo de plantas daninhas . Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 2007.		
SOUZA, L. A. Morfologia e anatomia vegetal: células, tecidos, órgãos e plântula . Ponta Grossa: UEPG, 2009.		
TROEH, R. F.; THOMPSON, L. M. Solos e fertilidade do solo . 6. ed. São Paulo: Andrei, 2007.		

UC: Fundamentos de Zootecnia	Período:1	CH: 40
Ementa		
Definições e termos zootécnicos. Noções básicas sobre as espécies domésticas, raças e demais grupos zootécnicos. Aspectos que influenciam na produtividade animal. Bioclimatologia animal. Melhoramento genético animal.		

Bibliografia Básica

CUNNINGHAM, J. G. **Tratado de fisiologia veterinária**. 4. ed. Guanabara Koogan, 2008. FERREIRA, Rony Antônio. **Maior produção com melhor ambiente para aves, suínos e bovinos**. Viçosa: Aprenda Fácil. 2011.

TORRES, A. P.; JARDIM, W. R.; JARDIM, L. F. **Manual de Zootecnia**. 2. ed. Piracicaba: Agronômica Ceres, 1982.

Bibliografia Complementar

AGUIAR, Adilson de Paula Almeida, RESENDE, Juliano Ricardo. **Pecuária de Leite**. Viçosa: Aprenda Fácil. 2010.

AGUIAR, Adilson de Paula Almeida, RESENDE, Juliano Ricardo. **Pecuária de corte**. Viçosa: Aprenda Fácil. 2010.

ALBINO, Luiz Fernando Teixeira; TAVERNARI, Fernando de Castro. **Produção e manejo de frangos de corte**. Viçosa: UFV. 2008.

REGAZZINI, Paulo Silvio. **Suinocultura: como planejar sua criação Jaboticabal**: Funesp, 1996. SILVA, D. J.; QUEIROZ, A. C. **Análise de alimentos: métodos químicos e biológicos**, 3. ed. Viçosa: UFV, 2002.

UC: Informática Aplicada ao Agronegócio	Período:1	CH: 40
Ementa Caracterizar os termos da informática. Tipificação de Aplicativos e Programas. Conceitos Básicos sobre comunicação de dados na Internet. Software básico e sua aplicação na gestão do agronegócio.		
Bibliografia Básica CAPRON, H. L.; Johnson, J. A. Introdução à Informática . 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004. VELLOSO, F. C. Informática: Conceitos Básicos . 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. MARÇULA, M.; BENINI FILHO, P. A. Informática: conceitos e aplicações . 4. ed. São Paulo: Érica. 2013.		
Bibliografia complementar CARLBERG, C. Administrando a Empresa com Excel . São Paulo: Pearson Makron Books, 2003. CORNACHIONE JR.; E. B. Informática aplicada às áreas de contabilidade, administração e economia . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012. SANTOS, A. de A. Informática na empresa . 5. ed. São Paulo: Atlas. 2009. LAMAS, M. OpenOffice.org: ao seu alcance . São Paulo: Letras & Letras, 2004. MANZANO, A. L. Estudo dirigido de Microsoft Office Word 2007 . 2. ed. São Paulo: Érica, 2010.		

UC: Comunicação e Linguagem	Período:1	CH: 80
Ementa Comunicação humana e linguagem. Estrutura do Texto. Recepção e Produção de Textos. Redação Técnica oficial e comercial. Estudo prático de fatos gramaticais. Oratória.		

Bibliografia Básica

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**. 48 ed. São Paulo: Nacional, 2009.
 CEREJA, W. R. e MAGALHÃES, T. C. Gramática reflexiva: texto, semântica e interação. São Paulo: Saraiva, 2009.
 EMEDIATO, Wander. **A fórmula do Texto: redação, argumentação e leitura**. São Paulo: Geração Editorial, 2005.
 FAULSTICH, Enilde L. de J. **Como Ler, Entender e Redigir um Texto**. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
 FERRAREZI JR. Celso. **Guia do Trabalho Científico: do Projeto à Redação Final**. São Paulo: Contexto, 2011.
 KOCH, Ingedore G. Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A Coerência Textual**. São Paulo: Contexto, 2012.

Bibliografia Complementar

INFANTE, Ulisses. **Do Texto ao Texto: Curso prático de leitura e redação**. São Paulo: Scipione, 2002.
 MEDEIROS, João Bosco. **Português Instrumental**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
 _____. **Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
 POLITO, Reinaldo. **Como falar corretamente e sem inibições**. 111 ed. São Paulo: Saraiva 2010.

UC: Matemática Básica e Estatística	Período:1	CH: 80
Ementa Função polinomial. Função Exponencial. Função Logarítmica. Funções Trigonométricas (seno, cosseno, tangente). Sistemas lineares e matrizes. Tópicos de geometria espacial. Probabilidade. Conceitos básicos de Estatística. Variáveis em estatística. Representação tabular e gráfica de dados estatísticos. Medidas de tendência central e de variabilidade. Distribuição Normal. Correlação e Regressão Linear. Testes de significância para a média. Utilização de programas estatísticos.		
Bibliografia Básica IEZZI, Gelson et al. Matemática . 3. ed. São Paulo: Atual, 2005. DOLCE, Osvaldo, POMPEO, José N. Fundamentos de Matemática Elementar . Geometria espacial, posição e métrica. 7. ed. São Paulo: Atual, 2013. v. 10. DANTE, Luiz Roberto. Matemática: contexto e aplicações . 5 ed. São Paulo: Ática, 2011. v. 1. CRESPO, A. A. Estatística Fácil . 19. ed. São Paulo. Saraiva. 2009. FONSECA, J. S; MARTINS, G. A. Curso de Estatística . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011. OLIVEIRA, Marcelo Silva de; et al. Introdução à Estatística . Lavras: UFLA, 2009.		
Bibliografia Complementar DANTE, Luiz Roberto. Matemática: contexto e aplicações . 5 ed. São Paulo: Ática, 2011. v. 3. DANTE, Luiz Roberto. Matemática: contexto e aplicações . 4 ed. São Paulo: Ática, 2011. v. 2. DOLCE, Osvaldo, POMPEO, José N. Fundamentos de Matemática Elementar: Geometria Plana . 9. ed. São Paulo: Atual, 2013, v. 9.		

SEGUNDO PERÍODO

UC: Sistemas de Informações Gerenciais	Período:2	CH: 40
Ementa Conceitos sobre Sistema de Informação; Descrição e análise de processos de negócios. Arquitetura de sistemas de informações integradas. Processos de negócios em cadeias agroindustriais. Conceitos básicos sobre softwares de gerenciamento rural. Sistema de informação Agrogestor como ferramenta auxiliar no gerenciamento do agronegócio.		

Bibliografia Básica

CASSARRO, A. C. **Sistemas de Informações para tomada de decisões**. 4. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

MARAKAS, G. M.; O'BRIEN, James. **Administração de Sistemas de Informação**. 15. ed, Porto Alegre: McGraw Hill, Interamericana 2013.

REYNOLDS, G. W.; STAIR, R. M. **Princípios de Sistemas de Informação**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

Bibliografia complementar

BATALHA, Mário Otávio (Coord.). **Gestão agroindustrial: GEPAI Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009. v. 2.

DE SORDI, J. O. **Tecnologia da informação aplicada aos negócios**. São Paulo: Atlas, 2003.

KROENKE, D. M. **Sistemas de Informação Gerenciais**. São Paulo: Saraiva, 2012.

LAUDON, K. C.; LAUDON, J. P. **Gerenciamento de Sistemas de Informação**. 9. ed. Rio de Janeiro: [Pearson](#), 2011.

CORTES, Pedro Luiz **Administração de Sistemas de Informação**. São Paulo: Saraiva, 2008.

UC: Metodologia Científica e da Pesquisa	Período:2	CH: 40
Ementa O Papel da ciência e da tecnologia. Tipos de conhecimento. Método e técnica. O processo de leitura e de análise textual. Citações e bibliografias. Trabalhos acadêmicos: tipos, características e composição estrutural. O projeto de pesquisa experimental e não experimental. Pesquisa qualitativa e quantitativa. Apresentação gráfica. Normas da ABNT.		
Bibliografia Básica FARIA, A. C; CUNHA, I; FELIPE, Y. X. Manual prático para elaboração de monografias . 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. LAKATOS, E. M. Técnicas de Pesquisa . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008. MACHADO, A. R.; LOUSADA, E. G.; TARDELLI, A. L. S. Planejar gêneros acadêmicos . São Paulo: Parábola Editorial, 2009.		
Bibliografia Complementar ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho Científico . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. MEDEIROS, J. B. Redação científica . A prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009. PERROTTA, Claudia. Um texto para chamar de seu: preliminares sobre a produção do texto acadêmico . São Paulo: Martins Fontes, 2004. SILVA, J. M.; SILVEIRA, E. S. Apresentação de trabalhos acadêmicos: Normas e Técnicas – Edição Atualizada de acordo com a ABNT . 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos . 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.		

UC: Noções de Morfologia e Fisiologia Vegetal	Período:2	CH: 80
Ementa Morfologia Vegetal: Raiz, Caule, Folha, Flor, Fruto e Semente. Fisiologia Vegetal: absorção e transporte de água e nutrientes. Fotossíntese e respiração. Fotoperiodismo. Germinação, florescimento e frutificação.		

Bibliografia Básica

KERBAUY, G.B. **Fisiologia Vegetal**. Guanabara Koogan, 2ª ed, 431p. 2012.

RAVEN, P. H; EVERT, R. F.; EICHORN, S. E. **Biologia Vegetal**. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan S.A., 7ªed., 2011.

SOUZA, L. A. **Morfologia e Anatomia Vegetal**; células, tecidos, órgãos e plântulas. Paraná: Editora UEPG, 2009.

Bibliografia Complementar

CASTRO, E.M., PEREIRA, F.J., PAIVA, R. **Histologia vegetal**: estrutura e funções de órgãos vegetativos. Lavras: UFLA, 2009.

CUTTER, E. G. **Anatomia vegetal**. 2ª ed, 316p. 2010.

ELMAR, L. F. **Fisiologia das plantas cultivadas**. 5ª ed, 734p. 2011.

LOPES, N. F. **Fotossíntese, respiração, relações hídricas e nutrição mineral**. 3ª ed, 486p. 2009.

TAIZ, L.; ZEIGER, E. **Fisiologia vegetal**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

UC: Gestão de Recursos Humanos	Período:2	CH: 80
Ementa Introdução à administração de Recursos Humanos. Conceituação. Situação Organizacional. Funções da administração de Recursos Humanos: recrutamento, seleção, capacitação, segurança e higiene no trabalho. O comportamento humano. Administração de cargos e salários. Gestão de pessoas em ambiente dinâmico e competitivo: o papel estratégico da mudança. Gestão estratégica de pessoas. Treinamento, criatividade e inovação. Aprendizagem e gestão do conhecimento. Avaliação de desempenho. Educação corporativa. Desenvolvimento de carreira. Qualidade de vida no trabalho e produtividade.		
Bibliografia Básica CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas . 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. BOHLANDER, J. Administração de Recursos Humanos . 10 ed. São Paulo: Thomson, 2010. IVANCEVICH, J. M. Gestão de recursos humanos . 10. ed. Porto Alegre: Mcgraw-hill Interamericana, 2008.		
Bibliografia Complementar ARAUJO, Luis César G. de. GARCIA, Adriana Amadeu. Gestão de Pessoas . Edição Compacta. São Paulo: Atlas, 2010. ALBUQUERQUE, L. G., LEITE, N. P. (Org.). Gestão de pessoas: perspectivas estratégicas . São Paulo: Atlas, 2010. MARRAS, Jean Pierre. Administração De Recursos Humanos - Do Operacional Ao Estratégico . 14ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2011. CHIAVENATO, I. Recursos Humanos: o capital humano das organizações . 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. SILVA, Marilene Luzia da. Administração de departamento de pessoal . 10. ed. São Paulo: Érica, 2012. GIL, Antônio Carlos. Gestão de pessoas: enfoque nos papéis profissionais . São Paulo: Atlas, 2011.		

UC: Inglês Instrumental	Período:2	CH: 40
--------------------------------	-----------	--------

Ementa

Desenvolvimento das habilidades de compreensão oral e escrita e das funções comunicativas com atividades de prática de comunicação em situações contextualizadas. Desenvolvimento das estruturas necessárias à leitura e compreensão de textos técnicos da área de interesse dos alunos (negócios). Introdução às habilidades de compreensão e produção oral e escrita por meio de funções sociais e estruturas básicas da língua (Simple Present Tense, Frequency adverbs). Introdução de vocabulário básico de forma contextualizada (Numbers and hours). Expressões utilizadas nas diferentes situações de uso da língua (Simple questions and answers forms, polite questions and responses, telling the time) e estudo dos aspectos culturais (greetings, socializing, introducing people).

Bibliografia Básica

AMOS, Eduardo; PRESCHEER, ELizabeth. **The Richmond Simplified Grammar of English.**

Richmond: Publishing, 2009. 4th Edition.

MURPHY, R. **Essential Grammar** in Use. Cambridge University Press: 2012, 4th Edition VINEY,

P. **Survival English:** International communication for professional people. Oxford: Macmillan, 2004.

Bibliografia Complementar:

DUCKWORTH, M. **Essential Business Grammar & Practice Elementary to Pre-Intermediate.**

Oxford, 2007.

HALLIDAY, M. A. K; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **An Introduction to Functional Grammar.** 3.ed.

London: Arnold, 2004.

OXFORD. **Dicionário escolar para Estudantes Brasileiros.** Oxford: OUP, 2005.

SOUZA, Adriana Grade Fiori (et al). **Leitura em língua inglesa:** uma abordagem instrumental. 2. ed. São Paulo: Disal, 2005.

SWEENEY, S. **English for Business Communication.** Cambridge University Press, 2003.

UC: Solos e Adubação de Plantas	Período:2	CH: 40
--	-----------	--------

Ementa

Relação Solo-Água-Planta. Propriedades químicas dos solos: CTC, acidez, alcalinidade, matéria orgânica. Dinâmica de macro e micronutrientes no solo: disponibilidade e interações. Procedimentos para coletar amostragem de solos e encaminhamento para análises laboratoriais. Interpretação de laudos de análises de solo. Sintomatologia de carências e excessos nutricionais. Noções gerais sobre corretivos e fertilizantes. Recomendações de adubação e calagem para as principais espécies cultivadas na região. Corretivos e fertilizantes minerais, orgânicos e organominerais.

Bibliografia Básica

TROEH, R. F.; THOMPSON, L. M. **Solos e fertilidade do solo**. 6. ed. São Paulo: Andrei, 2007. LEPSCH, I. F. **Formação e conservação dos solos**. 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2010. MALAVOLTA, E.; ALCARDE, J. C.; GOMES, F. P. **Adubos e adubações**. São Paulo: Nobel, 2002.

Bibliografia complementar

COELHO, F. S.; VERLENGIA, F. **Fertilidade do Solo**. 2. ed. Campinas: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1973.

GUERRA, A. J. T.; SILVA, A. S.; BOTELHO, R. G. M. **Erosão e conservação dos solos: conceitos, temas e aplicações**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

SCHNEIDER, P.; KLAMT, E.; GIASSON, E. **Morfologia do solo: subsídios para caracterização e interpretação de solos a campo**. Guaíba: Agrolivros, 2007.

SILVA, Fábio Cesar da (Ed.). **Manual de análises químicas de solos, plantas e fertilizantes**. 2. ed. Brasília, DF: EMBRAPA - Informação Tecnológica, 2009.

CARVALHO, Arminda M. de; AMABILE, Renato Fernando (Ed.). **Cerrado: adubação verde**. Planaltina, DF: Embrapa, 2006.

CORINGA, Elaine de Arruda Oliveira. **Solos**. Curitiba: Livro Técnico, 2012.

UC: Matemática Financeira	Período:2	CH: 80
Ementa Regra de três. Porcentagem e interpretação de gráficos e tabelas. Capitalização Simples: juros simples e desconto simples. Capitalização Composta: juros compostos e descontos compostos. Equivalência de capitais. Séries Financeiras. Sistemas de Amortização.		
Bibliografia Básica CRESPO, A. A. Matemática Financeira Fácil . 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. NASCIMENTO, Marco Aurélio. Introdução à Matemática Financeira . São Paulo: Saraiva, 2011. MENDONÇA, L. G. Matemática Financeira . 10. ed. FGV, 2013.		
Bibliografia Complementar PUCCINI, A. de L. Matemática financeira objetiva e aplicada . São Paulo: Saraiva, 2001. IEZZI, Gelson et al. Matemática . 3. ed. São Paulo: Atual, 2005. DANTE, Luiz Roberto. Matemática: contexto e aplicações . 3. ed. São Paulo: Ática, 2003. v. 3. PIRES, L. M. Matemática financeira com uso do Excel e Hp12c . Distrito Federal: SENAC, 2009. GOMES, J. M.; MATHIAS, W. F. Matemática Financeira: com + de 600 exercícios resolvidos e propostos . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		

TERCEIRO PERÍODO

UC: Cadeias Produtivas do Agronegócio	Período:3	CH: 40
Ementa Conceito e principais cadeias produtivas do agronegócio regional. Evolução, peculiaridades, principais tendências e oportunidades das cadeias produtivas.		

Bibliografia Básica

SEDIYAMA, T. **Tecnologia de produção e usos da soja**. Porto Alegre: Mecenas, 2009.
 EMBRAPA. **A cultura do milho irrigado**. Brasília: EMBRAPA, 2003.
 SANTOS, F.; BORÉM, A.; CALDAS, C. **Cana-de-açúcar: bioenergia, açúcar e etanol –**
 Tecnologias e Perspectivas. Viçosa: UFV, 2013.

Bibliografia Complementar

BARCELLOS, J. O. J. **Bovinocultura de corte: Cadeia produtiva e Sistemas de produção**.
 Agrolivros, 2011.
 NEVES, M. F.; et al. **Estratégias para a carne bovina no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2012. PAIVA,
 H. N.; et al. **Cultivo de eucalipto**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2011.
 MENDES, Judas T. Grassi; PADILHA JUNIOR, João Batista. **Agronegócio: uma abordagem**
 econômica. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
 LIMA JUNIOR, J. C. **Estratégias para o algodão no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2012.

UC: Meio Ambiente e Sustentabilidade	Período:3	CH: 40
Ementa Princípios de Ecologia Geral. Meio Ambiente e Recursos Naturais. Desenvolvimento Sustentável: Perspectivas histórica e teórica. Principais doutrinas e teorias econômicas do estudo do meio ambiente. Conceitos e classificação dos Recursos Naturais. Meio Ambiente e poluição. Utilização responsável de insumos e recursos naturais. Utilização de subprodutos na produção. Certificação ambiental. Métodos e modelos de valoração ambiental. Instrumentos de política ambiental: teoria e aplicações no mundo. Meio ambiente e comércio internacional. Tendências da questão ambiental no Brasil e no mundo.		
Bibliografia Básica ALMEIDA, J. (Org.). Reconstruindo a Agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento sustentável. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. AQUINO, A.M.A.; ASSIS, R.L. Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005, 517 p. SEIFFER, M.E. Sistema de Gestão Ambiental (ISO 14001) . São Paulo: 4.ed., rev. e atual. Atlas, 2011. 239 p. Bibliografia Complementar BATALHA, Mario Otávio. (Coord.). Gestão Agroindustrial . GEPAI Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. 5. ed. São Paulo: atlas, 2012. v. 1. BATALHA, Mário Otávio (Coord.). Gestão agroindustrial: GEPAI Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009. v. 2. DIAS, R. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001. GIANANTI, Roberto. O desafio do desenvolvimento sustentável . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011. NUVOLARI, Ariovaldo (Coord.). Esgoto sanitário: coleta, transporte, tratamento e reúso agrícola . 2. ed. São Paulo: Blucher, 2011. BEGON, M.; TOWNSEND, Colin R.; HARPER, John L. Ecologia: de indivíduos a ecossistemas . 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. RICKLEFS, Robert E. A economia da natureza . 6. ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2010.		

UC: Gestão da Qualidade e Certificação no Agronegócio	Período:3	CH: 60
Ementa Conceito e definição de Qualidade. A Evolução da Qualidade. Qualidade de Produto. Qualidade de Serviço. A Gestão da Qualidade Total (TQM). Importância da dimensão Qualidade. Manutenção e melhoria de padrões. A natureza humana da Qualidade. Estratégia Empreendedora para a Qualidade Total: - orientada para o cliente; - contínua; - participativa. Certificação ISO.		

Bibliografia Básica

PENTEADO, S. R. **Certificação Agrícola: selo ambiental e orgânico.** Via Orgânica, 2009.
 LUCINDA, Marco Antônio. **Qualidade: fundamentos e práticas para cursos de graduação.** Rio de Janeiro: Brasport, 2010.
 PALADINI, E. P. **Gestão estratégica da qualidade: princípios, métodos e processos.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia complementar

FALCONI, Vicente. TCQ: **Gerenciamento da rotina do trabalho do dia a dia.** 9. ed. Rio de Janeiro: INDG, 2013.
 PARANHOS FILHO, Moacyr. **Gestão da produção industrial.** Curitiba: Intersaberes, 2012.

UC: Produção Vegetal	Período: 3	CH: 80
Ementa Origem, época de plantio e colheita, exigências climáticas e nutricionais, cultivares, principais pragas e doenças, cuidados e qualidade na colheita e armazenamento, produtividade e comercialização das seguintes culturas: Soja, Feijão, Café, Laranja, Limão, Arroz, Milho, Cana-de-açúcar, etc.		
Bibliografia Básica SEDIYAMA, T. Tecnologias de produção e usos da soja. Londrina: Mecenasa, 2009. FANCELLI, A. L.; DOURADO NETO, D. Produção de feijão. Piracicaba, SP: Livrocere, 2004. SILVA, M. N. A cultura do girassol. Jaboticabal, SP: Funep, 1990. GALVÃO, J. C. C.; MIRANDA, G. V. Tecnologias de produção do milho. Viçosa: UFV, 2004. FRANZ, A. F. H.; ALONÇO, A. S.; RIBEIRO, A. S. Arroz irrigado: no sul do Brasil. 2004. SANTOS, F.; BORÉM, A.; CALDAS, C. Cana-de-açúcar: bioenergia, açúcar e etanol: tecnologias e perspectivas. 2. ed. Viçosa: UFV, 2011.		
Bibliografia Complementar SILVA, J. de S.; BERBET, P. A. Colheita, secagem e armazenagem de café. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 1999. MALAVOLTA, E. Adubos e adubações: adubos minerais e orgânicos, interpretação da análise do solo, prática da adubação. São Paulo: Nobel, 2002. GOMES, R. P. Fruticultura brasileira. São Paulo: Nobel, 2012. ALMEIDA, C. O. de; PASSOS, O. S. Citricultura brasileira: em busca de novos rumos. Brasília: Embrapa mandioca e fruticultura, 2011. ANDREI, E. Compêndio de defensivos agrícolas. Editora Andrei, 2013.		

UC: Sociologia Rural	Período:3	CH: 40
Ementa Contexto histórico do surgimento da sociologia. As correntes teóricas do pensamento sociológico. A questão agrária e agrícola no Brasil. Concentração fundiária no Brasil. Agroindústria, pequena produção e agricultura familiar. Movimentos sociais no campo. Desenvolvimento, Modernização e Dualismo. Fundamentos da Extensão Rural. Mudança social. Metodologia da Extensão Rural. Comunicação e Mudança Social. Difusão de Inovações e Desenvolvimento de Comunidades Rurais.		

Bibliografia Básica

FORACHI, M.; MARTINS, J. S. **Sociologia e Sociedade**: leituras de introdução à Sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

SILVA, E. A.; ALMEIDA, R. A. (Orgs.). **Território e Territorialidades em Mato Grosso do Sul**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

Bibliografia complementar

BROSE, M. (Org.). **Participação na extensão Rural**: experiências inovadoras de desenvolvimento local. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.

QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M.G.O.; OLIVEIRA, M. G. **Um toque de clássicos**: Marx, Durheim e Weber. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

STÉDILE, J. P. C. (Org.). **A questão agrária no Brasil**. história e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2005. v. 4.

STÉDILE, J. P. C. (Org.). **A questão agrária no Brasil**. o debate tradicional: 1500-1960. São Paulo: Expressão Popular, 2005. v. 1.

STÉDILE, J. P. C. (Org.). **A questão agrária no Brasil**. situação e perspectivas da Reforma Agrária na Déc. de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013. v. 8.

UC: Administração Mercadológica	Período:3	CH: 80
--	-----------	--------

Ementa

Conceito e ambiente de marketing. Pesquisa de marketing e comportamento do consumidor. Segmentação de mercado. Preço. Produto. Praça. Promoção. O Sistema de comunicação, mídia e distribuição. Prospecção de mercado. Conceituação de pesquisa de opinião. Estudo dos diversos tipos e métodos de pesquisa de opinião. Análise, resultado e utilização.

Bibliografia Básica

CHIAVENATO, I.; SAPIRO, A. **Planejamento estratégico**: fundamentos e aplicações. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

DIAS, Reinaldo. **Marketing ambiental**: ética, responsabilidade social e competitividade nos negócios. São Paulo: Atlas, 2011.

GIGLIO, Ernesto Michelangelo. **O comportamento do consumidor**. 4. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

Bibliografia Complementar

MEGIDO, J. L. T.; XAVIER, C. **Marketing e agribusiness**. São Paulo: Atlas, 2003.

NASSAR, P.; FIGUEIREDO, R. **O que e comunicação empresarial**. São Paulo: Brasiliense, 2007. NEVES, M. F. **Agronegócio e desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Atlas, 2007.

MILAN, G. E. **Administração mercadológica**: teoria e pesquisa. Caxias do Sul: Educs, 2004, v. 1. MILAN, G. E. **Administração mercadológica**: teoria e pesquisa. Caxias do Sul: Educs, 2006, v. 2.

UC: Produção de Ruminantes	Período: 3	CH: 60
-----------------------------------	------------	--------

Ementa

Noções básicas sobre produção de bovinos de corte, bovinos de leite, ovinos de corte, ovinos de leite, caprinos de corte, caprinos de leite. Sazonalidade na oferta de ruminantes para abate. Fatores que influenciam a oferta de ruminantes.

Bibliografia Básica

AGUIAR, A. P. A., RESENDE, J. R. **Pecuária de corte**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2010.
 AISEN, E.G. **Reprodução Ovina e Caprina**. São Paulo: Editora MedVet, 2008. 203p.
 RIBEIRO, S.D.A. **Caprinocultura: criação racional de caprinos**. São Paulo: Nobel, 1998.

Bibliografia Complementar

BALL, P. J. H.; PETERS, A. R. **Reprodução de bovinos**. 3. ed. São Paulo: Roca, 2006. AISEN, E. G. **Reprodução ovina e caprina**. MedVet, 2008.
 BRITO, R. M.; SAMPAIO, A. A. M. **Técnicas de Suplementação de Pastagens na Criação de Bezerros de Corte: CREEP-FEEDING**. 2. ed. Jaboticabal, SP: Funep, 2001.
 GOTTSCHALL, C. S. **Produção de Novilhos Precoces**. 2.ed. Guaíba: Agrolivros, 2005. SILVA, J. C. M. da; OLIVEIRA, A. S. de; VELOSO, C. M. **Manejo e administração na bovinocultura leiteira**. Produção Independente. 2009

QUARTO PERÍODO

UC: Políticas Agrícolas e Desenvolvimento Regional	Período:4	CH: 40
Ementa Política agrícola para o meio rural: política agrícola e política agrária. Instrumentos de política agrícola: preços mínimos, controle da oferta; estoques reguladores; subsídios, impostos, preços máximos; evolução da política agrícola no Brasil. Conjuntura do agronegócio. Política de reforma agrária na sociedade brasileira e sua herança histórica. O ciclo de desenvolvimento brasileiro, as características do modelo agrário exportador e o processo de industrialização brasileira. Teorias do desenvolvimento e do subdesenvolvimento.		
Bibliografia Básica FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil . 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. SOUZA, Neli de Jesus de. Desenvolvimento regional . São Paulo: Atlas, 2009. DUARTE, Fábio; ULTRAMARI, Clovis. Desenvolvimento local e regional . 2. ed. Porto Alegre: IBPEX. 2011. Bibliografia complementar BATALHA, Mario Otávio. (Coord.). Gestão Agroindustrial . GEPAI Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. 5. ed. São Paulo: atlas, 2012. v. 1. BATALHA, Mario Otávio. (Coord.). Gestão Agroindustrial . GEPAI Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. 5. ed. São Paulo: atlas, 2012. v. 2. STÉDILE, J. P. C. (Org.). A questão agrária no Brasil . O debate tradicional: 1500-1960. V. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2005. ALMEIDA, Jalcione. A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.		

UC: Administração Financeira	Período: 4	CH: 80
Ementa Capital de giro. Avaliação de alternativas de investimento. Métodos de avaliação. Métodos de avaliação (fluxos de caixa descontados). Planejamento e controle Orçamento empresarial. Orçamento empresarial (análise das variações orçamentárias).		

Bibliografia Básica

BRAGA, Roberto. **Fundamentos e técnicas de administração financeira**. São Paulo: Atlas, 1995.
 HOJI, M. **Administração financeira e orçamentária**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
 GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira**. 12. ed. São Paulo: Harbra, 2010.

Bibliografia Complementar

SANTOS, E. O. **Administração financeira da pequena e média empresa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
 LEITE, H. de P. **Introdução à administração financeira**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
 GROPELLI, A. A. **Administração financeira: série essencial**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
 SANVICENTE, A. Z.; SANTOS, C. C. **Administração financeira**. 3. ed. São Paulo; Atlas, 1991.
 WESTON, J. F.; BRIGHAM, E. F. **Fundamentos da administração financeira**. 10 ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

UC: Espanhol Instrumental	Período: 4	CH: 40
Ementa Leitura e interpretação de texto em língua espanhola visando à identificação dos tipos de textos com temas voltados ao curso (Agronegócio), bem como os estudos dos aspectos gramaticais, como: Estruturas linguísticas, fonéticas (fonemas x grafema), falsos cognatos, produção oral, acentuação, verbos de comunicação, vocabulário (itens lexicais), apreensão da estrutura geral do texto, identificação da função comunicativa dos diferentes tipos de textos, busca de informação específica e tradução.		
Bibliografia Básica GONZÁLEZ HERMOSO, A et al. Gramática de español lengua extranjera . Madrid: Edelsa, 1996. JACOBI, C. et al. Gramática en contexto . Madrid: Edelsa, 2011. MILANI, E. M. Gramática de espanhol para brasileiros . 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. Bibliografia Complementar BELTRÁN, B. A; ROTHER, K. El español por profesiones: secretariado . SGEL. Madrid. 1999. GONZALEZ HERMOSO, A. Conjugar es fácil en español de España y América . 2 ed. Madrid: Edelsa, 1997. MARTINS, I. R. Espanhol: série Brasil: ensino médio . São Paulo: Ática, 2010. V. Único. VALES. J. C., MELÉNDEZ. B. B. Dichos y Frases hechas Madrid: . Libsa, 2002. VALES. J. C., MELÉNDEZ. B. B. Jergas, Argot y Modismos . Madrid: Libsa, 2002.		

UC: Produção de Não-Ruminantes	Período: 4	CH: 60
Ementa Bases da produção de aves de corte. Bases da produção de aves para postura. Bases para a produção de suínos. Bases para produção de peixes. Bases para produção de equinos. Outras produções de não-ruminantes.		

Bibliografia Básica

ARANTES, V. M.; SANTOS, A. L.; VIEITES, F. M. **Produção industrial de frango de corte**. LK, 2012.
 COTTA, Tadeu. **Galinha produção de ovos**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2002. REGAZZINI, P. S.
Suinocultura: como planejar sua criação. São Paulo: Funesp, 1996.
 MAFESSONI, EDMAR LUIZ. **Manual prático de suinocultura**. Passo Fundo:UPF, 2008.
 WIESE, H. **Apicultura – Novos Tempos**. 2ª ed. Editora Agrolivros, 2005

Bibliografia Complementar

ALBINO, L. F. T.; TAVERNARI, F. C. **Produção e manejo de frangos de corte**. Viçosa: UFV. 2008.
 CINTRA, A. G. C. **O cavalo**: características, manejo e alimentação. São Paulo: Roca, 2011. COSTA, P. S.
 C.; OLIVEIRA, J. S. **Manual prático de criação de abelhas**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2005.
 GONTIJO, V. P. M.; et. al. **Cultivo de tilápias em tanques-rede**. Brasília: EMBRAPA, 2008.
 SOUZA, E. P. M. de; TEIXEIRA FILHO, A. R. **Piscicultura fundamental**. 2. ed. ed. São Paulo: Nobel,
 2007.

UC: **Geoprocessamento**

Período: 4

CH: 40

Ementa

Sistemas de posicionamento global (GPS); Sistemas de coordenadas; Sensoriamento remoto; Datum horizontal e vertical; Georeferenciamento de imagens; Georeferenciamento; Arquitetura de Sistemas de Informações Geográficas; SIG: conceitos, componentes, estrutura de dados, banco de dados, funções de análise, aplicações para área ambiental. Aulas práticas com SIG. Agricultura de Precisão e Máquinas. Mapeamento temático do agronegócio. Sistema de rastreamento animal.

Bibliografia Básica

BLASCHKE, T. & KUX, H. (orgs.). Sensoriamento Remoto e SIG: novos sistemas sensores: métodos inovadores. São Paulo: Oficina de Textos, 2005.
 MONICO, J. F. G. Posicionamento pelo NAVSTAR-GPS: Descrição, Fundamentos e Aplicações. São Paulo. Ed. UNESP, 2000.
 FLORENZANO, T. G. Imagens de Satélite para Estudos Ambientais. Oficina de textos. São Paulo, 2002.
 XAVIER da SILVA, J. Geoprocessamento para Análise Ambiental. Rio de Janeiro. 228p, 2001.

Bibliografia Complementar

ROCHA, C. H. B. GPS de Navegação: para Mapeadores, Trilheiros e Navegadores. Juiz de Fora. Ed. Do Autor. 2003.
 MOREIRA, M. A. Fundamentos do Sensoriamento Remoto e Metodologias de Aplicação. São José dos Campos-SP/INPE. 2001.
 CROSTA, A. P. Processamento Digital de Imagens de Sensoriamento Remoto. Campinas - SP. 170p. 1992.

UC: **Contabilidade no Agronegócio**

Período: 4

CH: 80

Ementa

Contabilidade: conceito, objetivos, campo de aplicação. Princípios Fundamentais de Contabilidade. Regimes contábeis. Balanço Patrimonial, Patrimônio Líquido. Ativo e Passivo. Escrituração contábil. Contas: conceito, classificação, funções, estrutura e Plano de Contas. Demonstrativo de Resultado do Exercício. Demonstrações de Lucros e Prejuízos acumulados e Fluxo de Caixa. A contabilidade como instrumento de avaliação, decisão e controle das atividades rurais. Interferências governamentais. Peculiaridades da atividade rural.

Bibliografia Básica

MARION, J. C. **Contabilidade Rural**: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária e Imposto de Renda - Pessoa Jurídica. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade Rural**: uma abordagem decisória. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RODRIGUES, A. O.; HARUO, W.; RIBEIRO, G. E. BRUSCH, C. M. **A Nova contabilidade rural**. Iob, 2011.

Bibliografia complementar

MARION, J. C. **Contabilidade da Pecuária**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEITE, H. de P. **Contabilidade para administradores**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FRANCO JUNIOR, H. **Contabilidade industrial com apêndice de contabilidade agrícola**. 9. ed., São Paulo: Atlas, 1996.

MATARAZZO, D. C. **Análise Financeira de Balanços**: abordagem básica e gerencial. 7 ed., São Paulo: Atlas, 2010.

MATTOS, Z. P. de B. **Contabilidade financeira rural**. São Paulo: Atlas, 1999.

UC: Legislação Aplicada ao Agronegócio	Período: 4	CH: 80
Ementa Introdução ao Direito e à Legislação agrária com apresentação dos principais instrumentos legislativos inerentes à área ambiental, e a posse da propriedade rural.		
Bibliografia Básica MACHADO, P. A. L.; MILARÉ, E. Novo código florestal . 2. ed. Editora Rt. 2013. FACHIN, Z.; SILVA, D. M. Acesso a água potável : direito fundamental de sexta dimensão. 2. ed. Campinas: Millenium, 2012. FLORES, N. C. (Org.). A sustentabilidade ambiental : em suas múltiplas faces. Campinas: Millenium, 2012.		
Bibliografia Complementar BARROS, W. P. Curso de direito agrário . 7. ed. Porto Alegre: Livraria do advogado. 2012. v. 1. BARROS, W. P. Curso de direito agrário . 5. ed. Porto Alegre: Livraria do advogado. 2012. v. 2. OLIVEIRA, U. M. de. Princípios de direito agrário na constituição vigente . Curitiba: Juruá, 2004. BRASIL. Estatuto da terra : Coleção Saraiva de Legislação. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. SIRYINSKAS, L. P. Manual de direito ambiental . 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.		

QUINTO PERÍODO

UC: Mercado e Tecnologia de Produtos de Origem Animal e Vegetal	Período: 5	CH: 80
Ementa Mercados agroindústrias: conceitos e dimensões. Principais processos agroindustriais de origem animal e vegetal. Principais insumos e equipamentos agroindustriais. Importação e exportação de produtos de origem animal e vegetal.		

Bibliografia Básica

FELLOWS, P. J. **Tecnologia do processamento de alimentos**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
 BATALHA, M.O. **Gestão Agroindustrial**. 3ª ed. v. 1. São Paulo: Atlas, 2007.
 GOMIDE, L. A. M.; RAMOS, E. M.; FONTES, P. R. **Ciência e qualidade da carne: fundamentos - Série Didática**. Viçosa: UFV. 2013.

Bibliografia Complementar

ORDÓÑEZ, J. A. **Tecnologia de Alimentos: produtos de origem animal**. São Paulo: Artmed, 2005. v. 2.
 PAULILLO, L.F.; ALVES, F. **Reestruturação Agroindustrial**. São Paulo: Edufscar, 2002
 GONSALVES NETO, J. **Manual do produtor de leite**. Viçosa: Aprenda Fácil. 2013.
 VILELA, D.; BRESSAN, M.; CUNHA, A. S. **Cadeia de lácteos no Brasil**. Brasília: Embrapa, 2001.
 SANTIAGO, L. L.; NOGUEIRA, E. T. **Apontamentos estratégicos no agronegócio do leite**. Viçosa: UFV, 2011.

UC: Economia aplicada ao Agronegócio	Período: 5	CH: 60
---	------------	--------

Ementa

Funcionamento dos mercados: demanda, oferta, preços e equilíbrio. Determinantes da demanda e da oferta de produtos agropecuários. Elasticidades e suas aplicações. Excedente do consumidor e do produtor, eficiência de mercado e políticas governamentais de controle de preços. Controle de preços de produtos agropecuários e políticas de estoques reguladores. Teoria do consumidor: restrição orçamentária, teoria ordinal da utilidade, maximização do consumidor, demanda do consumidor. Teoria da produção: tecnologia e função de produção, custos, maximização do lucro, minimização do custo, oferta da firma. Estruturas de mercado: concorrência perfeita, concorrência imperfeita, oligopólio e monopólio. Organização industrial no agronegócio. Mercados de commodities. A importância do planejamento para as organizações. Conceito de planejamento estratégico. Desafios para a estratégia. Propósitos da organização. Análise do ambiente interno. Análise do ambiente externo. Gestão estratégica. Formulação da estratégia.

Bibliografia Básica

MANKIW, N. G. **Introdução a Economia**. São Paulo: Cengage Learning, 2009.
 PINDYCK, R.; RUBINFELD, D. **Microeconomia**. 7. ed. Prentice Hall, 2010.
 STIGLITZ, J.; WALSH, C. **Introdução à microeconomia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

Bibliografia Complementar

ARBAGE, A. P. **Fundamentos de Economia Rural**. 2. ed. Chapecó Argos, 2012. BACHA, C. J. **Economia e política agrícola no Brasil**. 2. ed., São Paulo: Atlas, 2004.
 GASTALDI, J. Petrelli. **Elementos de economia política**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. FEIJÓ, R. L. **Economia agrícola e desenvolvimento rural**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
 MENDES, Judas Tadeu Grassi; PADILHA JUNIOR, João Batista. **Agronegócio: uma abordagem econômica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

UC: Cooperativismo e Associativismo Rural	Período: 5	CH: 60
--	------------	--------

Ementa

Associativismo X Cooperativismo – histórico e importância. Estrutura e funcionamento das organizações do meio rural: cooperativas, sindicatos e associações. A cooperação/associativismo. Sindicatos rurais: trabalhadores e empregadores. Condomínio rural. Cooperativas: funções, objetivos e ramos cooperativos. Órgãos sociais: assembleia geral, conselho administrativo e conselho fiscal. Cooperativas comerciais.

Bibliografia Básica

OLIVEIRA, D. P. R. **Manual de gestão das cooperativas: uma abordagem prática.** São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, S. P. **Cooperativas de trabalho.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

NERI, L. C. **Cooperativismo: desde as origens ao projeto de lei de reforma do sistema cooperativo brasileiro.** Curitiba: Juruá, 2009.

Bibliografia Complementar

BRAGA, M. J.; REIS, B. S. **Agronegócio cooperativo: reestruturação e estratégias.** 2002. SPERRY, S.; CARVALHO JUNIOR, C. H. T.; MERCOIRET, J. **Ações coletivas praticadas pelos produtores rurais.** Brasília: EMBRAPA, 2003.

DORNELAS, J. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios.** 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ZUIN, L. F. S.; QUEIROZ, T. R. **Agronegócios: gestão e inovação.** São Paulo: Saraivas, 2006.

UC: Gestão de Custos e Formação de Preços no Agronegócio	Período:5	CH: 80
<p>Ementa Introdução à Teoria de Custos: custo variável, custo fixo, custo direto, custo indireto, custo de oportunidade, depreciação. Remuneração dos fatores de produção: terra, capital e empresário. Estrutura do custo de produção. Custo de produção de culturas anuais, culturas perenes, pastagens e na pecuária. Indicadores de rentabilidade: receita bruta, receita líquida, margem bruta, índice de lucratividade e ponto de equilíbrio. Introdução a formação de preço de venda. Conceitos. Análise de resultados econômicos e financeiros na produção. Sistemas de comercialização. Particularidades dos produtos agroindustriais. Mecanismos de comercialização.</p>		
<p>Bibliografia Básica FAMA, R.; BRUNI, A. L. Gestão de custos e formação de preços: série finanças na prática. 5. ed. São Paulo, Atlas, 2008. MARION, José Carlos. Contabilidade rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>Bibliografia complementar BRUNI, A. Administração de custos, preços e lucros: com aplicações na HP12C e Excel. Série desvendando as finanças. São Paulo, Atlas, 2006. CREPALDI, Silvio Aparecido. Contabilidade rural: uma abordagem decisória. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012. IUDÍCIBUS, S. Contabilidade Gerencial. 2. ed. São Paulo, Atlas, 2010. MARTINS, E. Contabilidade de custos. 10. ed. São Paulo, Atlas, 2010. SANTOS, G. J. dos; MARION, J. C. Administração de custos na Agropecuária. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.</p>		

UC: Gestão da Produção	Período:5	CH: 80
<p>Ementa A Administração da Produção e como ela se ajusta dentro de outras áreas funcionais da organização. Funções operacionais e suas diferenças. Funções dos gerentes de produção. O papel dos gerentes de produção e sua contribuição para manter a organização competitiva. Os objetivos de desempenho da função. Avaliação da produtividade. Estratégia de produção. O ajuste da estratégia global da empresa a estratégia de produção. Processo da estratégia da produção. Projeto em gestão de produção. Organização da atividade de projeto. Formas de escolha de projetos alternativos. Identificação do volume e a variedade e o impacto na atividade de projeto.</p>		

Bibliografia Básica

SLACK, N. et al. **Administração da produção**. São Paulo: Atlas, 2009.
 MARTINS, P. G.; LAUGENI F. P. **Administração da produção**. São Paulo: Saraiva 2010.
 CHIAVENATO, I. **Administração de produção**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

Bibliografia Complementar

GIANESI, Irineu G. N.; CORRÊA, Henrique L. **Administração Estratégica de Serviços**. São Paulo, Atlas, 1994.
 MOREIRA, D. A. **Administração da produção e operações**. São Paulo: Cengage Learning, 2008. LOBO, R. N. **Gestão da Produção**. São Paulo: Erica, 2010.
 KRAJEWSKI, L.; RITZMAN, L.; MALHOTRA. **Administração de produção e operações**. São Paulo: Pearson, 2009.
 CORREA, H. L.; CORREA, C. A. **Administração da Produção e Operações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

UC: Pesquisa no Agronegócio – TCC I	Período: 5	CH: 40
Ementa		
Busca de temas relevantes e construção de problemas de pesquisa no Agronegócio. Elaboração e formalização do projeto de pesquisa aplicado. Conceituação de trabalho de conclusão de curso (TCC).		
Bibliografia Básica		
BÊRNI, D. A.; FERNANDEZ, B. P. M. Métodos e técnicas de pesquisa : modelando as ciências empresariais. São Paulo: Saraiva, 2012. FLICK, U. Introdução à metodologia de pesquisa . Porto Alegre: Artmed, 2012. RICHARDSON, R. J. Pesquisa social : métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.		
Bibliografia Complementar		
FLICK, U. Introdução à pesquisa qualitativa . 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. GIL, A. C. Técnicas de pesquisa em economia . 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002. MACHADO, A. R.; LOUSADA, E.; ABREU-TRDELLI, L. Planejar gêneros acadêmicos . São Paulo: Parábola, 2009. ROESCH, S. M. A. Projeto de estágio e de pesquisa em administração : guias para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudo de casos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.		

SEXTO PERÍODO

UC: Pragas e Doenças de Cultivares	Período: 6	CH: 40
Ementa		
Anatomia e morfologia de insetos e classificação do filo Artrópode. Conceito de pragas e doenças agrícola. Principais pragas e doenças, seus danos, controle e condições ambientais que influem na incidência e disseminação. Princípios e métodos de controle de pragas e doenças. Legislação relacionada ao uso de defensivos agrícolas.		

Bibliografia Básica

KIMATI, H.; AMORIN, L.; BERGAMIN FILHO, L.E.A.; REZENDE, J.A.M. **Manual de fitopatologia: doenças de plantas cultivadas**. v.2, Editora CERES, 2011, São Paulo. 774p.
 KIMATI, H.; AMORIN, L.; BERGAMIN FILHO, L.E.A. **Manual de fitopatologia: princípios e conceitos**. v.1, Editora CERES, 2011, Piracicaba. 704p.
 GALLO, D. **Entomologia agrícola**. FEALQ, Piracicaba, 2002. 920p.

Bibliografia Complementar

PENTEADO, S.R. **Controle alternativo de pragas e doenças**; com as caldas bordalesas, sulfocálcicas e viçosa. 2ªed. Editora Via Orgânica, 2007. 148p.
 BUENO, V.H.P. **Controle biológico de pragas**: produção massal e controle de qualidade. Editora UFLA, 2009. 430p.
 CUNHA, J.P. **Manual de aplicação de produtos fitossanitários**. Editora Aprenda Fácil, 2010. 588p.
 RAFAEL, J. A. et al. **Insetos do Brasil**: diversidade e taxonomia. Editora Holos, 2012. 810p.
 NAKANO, O. **Entomologia econômica**. FEALQ, Piracicaba, 2011. 464p.

UC: Gestão Estratégica do Agronegócio	Período: 6	CH: 60
Ementa A importância do planejamento para as organizações. Conceito de planejamento estratégico. Desafios para a estratégia. Propósitos da organização. Análise do ambiente interno. Análise do ambiente externo. Gestão estratégica. Formulação da estratégia.		
Bibliografia Básica COSTA, Eliezer Arantes. Gestão estratégica : fácil. São Paulo: Saraiva, 2002. SANTOS, A. J. R. Gestão estratégica : conceitos, modelos e instrumentos. Escolar, 2008. COSTA, E. A. Gestão estratégica : da empresa que temos para a empresa que queremos. 2. ed., São Paulo: Saraiva, 2007.		
Bibliografia Complementar SNELL, S. A.; BATEMAN, T. S. Administração : novo cenário competitivo 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. HAMEL, Gary; PRAHALAD, C. K. Competindo pelo futuro : estratégias inovadoras para obter o controle do seu setor e criar mercados de amanhã. Rio de Janeiro: Campus, 1995. MORGAN, Gary. Imagens da organização . 12. ed. São Paulo: Atlas, 2005. OLIVEIRA, Djalma. P. R. Planejamento estratégico, conceitos, metodologia, práticas . 13. ed. São Paulo, Atlas, 2013. SENGE, Peter. A Quinta disciplina , 29. ed. Rio de Janeiro, Best seller, 2013.		

UC: Elaboração e Gestão de Projetos	Período: 6	CH: 80
Ementa Estrutura de projetos no agronegócio. Definição prática de projetos no agronegócio. Planejamento estratégico. Fatores interferem em projetos no agronegócio. Diferentes critérios de rentabilidade em projetos do agronegócio. Estudo de viabilidade. Análise de riscos e incertezas em projetos do agronegócio. Tomada de decisão. Estudos de caso no agronegócio.		

Bibliografia Básica

MOLINAR, L. **Gestão de Projetos**. São Paulo: Erica, 2010.

BRANCO, R. H. F.; KEELLING, R. **Gestão de projetos: uma abordagem global**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

REIS, Luís Filipe Sousa Dias. **Agronegócios Qualidade na Gestão**. Rio de Janeiro: QualityMark, 2011.

Bibliografia Complementar

PILÃO, N. E.; HUMMEL, P. R. V. **Matemática financeira e engenharia econômica: a teoria e a prática da análise de projetos de investimentos**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

SOUZA, A. B. **Projetos de investimentos de capital: elaboração, análise e tomada de decisão**. São Paulo: Atlas, 2003.

SOUZA, A.; CLEMENTE, A. **Decisões financeiras e análise de investimentos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

COPELAND, T.; ANTIKAROV, V. **Opções Reais: Um novo Paradigma para Reinventar a Avaliação de Investimentos**. Rio de Janeiro: Campus, 2001

LAPPONI, J. C. **Modelagem financeira com Excel**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

UC: Gestão de Recursos Materiais e Patrimoniais	Período: 6	CH: 80
Ementa Transformação de recursos materiais. Gestão de compras Estoques. Níveis de estoque. Classificação ABC. Inspeção de materiais. Avaliação de estoques. Gestão de almoxarifados.		
Bibliografia Básica MARTINS, P. G.; ALT, P. R. C. Administração de materiais e recursos patrimoniais . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. FRANCISCHINI, G. Paulino; GURGEL, Floriano do Amaral. Administração de Materiais e do Patrimônio . São Paulo: Cengage Learning, 2010. SLACK, N. Administração da produção . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009. Bibliografia complementar DIAS, Marco Aurélio P. Administração de Materiais: princípios, conceitos e gestão . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. LAUGENI, F. P. Administração da produção . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. BALLOU, R. H; Logística empresarial: transportes, administração de materiais e distribuição física . São Paulo: Atlas, 2012. SENGE, Peter. A Quinta disciplina , 29. ed. Rio de Janeiro, Best seller, 2013. POZO, Hamilton. Administração de recursos materiais e patrimoniais . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		

UC: Empreendedorismo	Período: 6	CH: 60
Ementa Conceitos de empreendedorismo: como surge o empreendimento, plano de negócios, estágios de desenvolvimento, o empreendedor como executivo planejamento na PEME. As pessoas na empresa e a organização. O empreendedor e o empreendimento. Ideia de negócio e oportunidade de negócio. A teoria visionária do processo empreendedor. Os pensadores do empreendedorismo. Cases atuais de empreendedorismo. O SEBRAE, ENDEAVOR e demais organizações promotoras do Empreendedorismo. Fontes de financiamento em empreendedorismo.		

Bibliografia Básica

BERNARDI, L. A. **Manual de empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas** São Paulo: Atlas, 2012.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2012.

GRANDO, N. (Org.). **Empreendedorismo inovador: como criar startups de tecnologia no Brasil**. São Paulo: Évora, 2012.

Bibliografia complementar

PORTER, Michael E. **Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior**. Rio de Janeiro: Elsevier, c.1989.

SNELL, S. A.; BATEMAN, T. S. **Administração: novo cenário competitivo** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SEIFFERT, P. Q. **Empreendendo novos negócios em corporações: estratégias, processo e melhores práticas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, T. de A.; SOUZA, E. C. L. de. **Empreendedorismo além do plano de negócio**. São Paulo: Atlas, 2005.

CALLADO, A. A. C. (Org.). **Agronegócio**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

UC: Pesquisa no Agronegócio – TCC II	Período: 6	CH: 40
Ementa Normas e padrões para a redação de textos técnicos voltados para o TCC. Aspectos da estrutura global. Comunicação de resultados da pesquisa. Procedimentos para análise de dados e sistematização de resultados. Redação final do trabalho de conclusão de curso (TCC). Apresentação de trabalho.		
Bibliografia Básica FLICK, U. Introdução à metodologia de pesquisa . Porto Alegre: Artmed, 2012. RICHARDSON, R. J. Pesquisa social: métodos e técnicas . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. BÉRNI, D. A.; FERNANDEZ, B. P. M. Métodos e técnicas de pesquisa: modelando as ciências empresariais . São Paulo: Saraiva, 2012.		
Bibliografia Complementar FLICK, U. Introdução à pesquisa qualitativa . 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. GIL, A. C. Técnicas de pesquisa em economia . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. HENDGES, G. R.; MOTTA-ROTH, D. Produção textual na universidade . São Paulo: Parábola, 2010. MACHADO, A. R.; LOUSADA, E.; ABREU-TRDELLI, L. Planejar gêneros acadêmicos . São Paulo: Parábola, 2009. ROESCH, S. M. A. Projeto de estágio e de pesquisa em administração: guias para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudo de casos . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.		

UC: Ética, Sociedade e Cultura	Período:6	CH: 40
Ementa Natureza e Cultura. Paradigmas da relação Homem/Natureza. Estado e Cidadania. Ética, Sociedade e Sustentabilidade.		

Bibliografia Básica

BAUMAN, Zygmunt. **Ética pós-moderna**. São Paulo: Paulus, 1997.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1997.

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2007.

Bibliografia Complementar

EAGLETON, Terry. **A Idéia de Cultura**. São Paulo: UNESP, 2005. SANTOS,

José Luiz dos. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

LIMA, Luiz Costa. **Teoria da cultura de massa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **A Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

ANEXO 1**Quadro 1 – Docentes do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio**

Nº	Nome do Professor	Formação	CH
1	Sérgio Nunes de Jesus	Licenciatura em Língua Portuguesa	DE
2	Jorge da S. Werneck	Licenciatura em Matemática	DE
3	Edmilson Maria de Brito	Bacharel em Administração	DE
4	Juliano C. Silva	Bacharel em Administração	DE
5	Elisângela Hanysz Souza	Graduação Letras/Inglês	DE
6	Shelly Braum	Graduação Letras/Espanhol	DE
7	Victor Hugo Neitzke Muller	Licenciatura em História	DE
8	Clodoaldo Cristiano Reis	Licenciatura em Filosofia	DE
9	Davy Sleman de Negreiros	Licenciatura em Sociologia	DE
10	Andréia Maciel da Silva	Graduação em Informática	DE
11	Angelita A. Coutinho	Bacharel em Agronomia	DE

12	Dheimy da S. Novelli	Bacharel em Agronomia	DE
13	Marco Antonio de Oliveira	Bacharel em Zootecnia	DE
14	Maria Cristiana Freitas	Engenharia Florestal	DE
15	Iramaia Grespan Ferreira	Engenheira de Alimentos	DE
16	Sirley Leite Freitas	Bacharel em Direito	DE
17	Joel Martins Braga Junior	Bacharel em Agronomia	DE
18	Juliana Maria Freitas de A. Holanda	Bacharel em Zootecnia	DE
19	Tiago Roberto S. Santos	Licenciatura em Geografia	DE
20	Ingrid Leticia Menezes Barbosa	Licenciatura em Letras	DE
21	Adilson Miranda de Almeida	Licenciatura em Matemática	DE
22	Isis Lazzarini Foroni	Bacharel em Zootecnia	DE
23	Nirvani S. Henrique	Bacharel em Agronomia	DE

Fonte: IFRO (2015)